



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

TÁSSIA PINHEIRO DE SOUSA PINHO

**O PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – IFCE CAMPUS
FORTALEZA: INVESTIGANDO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
OFERTADA AOS ESTUDANTES**

**FORTALEZA
2017**

TÁSSIA PINHEIRO DE SOUSA PINHO

O PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - IFCE CAMPUS FORTALEZA:
INVESTIGANDO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
OFERTADA AOS ESTUDANTES

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Lima
Sales.

FORTALEZA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P724p Pinho, Tássia Pinheiro de Sousa.
O PRONATEC no Instituto Federal do Ceará – IFCE Campus Fortaleza: Investigando a qualificação profissional ofertada aos estudantes / Tássia Pinheiro de Sousa Pinho. – 2017.
98 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 1, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Francisco José Lima Sales .

1. Educação Profissional. 2. Qualificação. 3. Pronatec. 4. Trabalho. 5. Formação Humana. I. Título.
CDD

TÁSSIA PINHEIRO DE SOUSA PINHO

O PRONATEC NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – IFCE CAMPUS
FORTALEZA: INVESTIGANDO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
OFERTADA AOS ESTUDANTES

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 7/7/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José Lima Sales (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Antonia de Abreu Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Prof^ª. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Norma Sousa, a minha filha Ana Liz e ao meu marido Mirton Pinho por todo amor e compreensão; sem os quais eu não teria conseguido caminhar nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, eu te dou graças e te louvo, porque me dar sabedoria e força e é ao Senhor que dirijo minha maior gratidão. Deus, mais do que me criar, deu propósito a minha vida. Vem dEle tudo o que sou, o que tenho e o que espero. Mas não devo nada, porque Ele pagou por isso.

Ao meu marido Mirton Pinho, por compreender meus momentos de reclusão e de ausência, que me deu apoio e me deu forças durante essa jornada.

A minha filha amada Ana Liz, que com seu sorriso doce e carinho incondicional me fortaleceu e me deu novo ânimo na conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, João de Sousa Rocha e Maria Norma Pinheiro Sousa, que derramam sua sabedoria e seus princípios em mim, e por acreditar que eu posso fazer qualquer coisa, permitindo que eu tente.

As minhas irmãs Ligia, Leidiane e Jessiana, meus cunhados Felipe e Rafael, a todos os meus familiares e a minha sogra Maria de Fátima, que sempre tiveram um papel fundamental na minha formação pessoal e acadêmica e que compartilharam muitos momentos importantes em minha vida, sempre estando ao meu lado e almejando o sucesso desta etapa.

A gratidão é um valor que temos em abundância. Sou bastante grata aos meus mestres que me ajudaram a sonhar e me orientaram com tanta dedicação durante essa minha jornada acadêmica. “Os mestres sábios, aqueles que ensinaram muitas pessoas a fazer o que é certo, brilharão como as estrelas do céu, com um brilho que nunca se apagará”. (Daniel 12:3)

Em especial ao meu orientador, Francisco doutor José Lima Sales, que com competência, profissionalismo e solidariedade acompanhou cada etapa desse trabalho, dando valiosas orientações que contribuíram de forma ímpar para o desenvolvimento do presente estudo, me impulsionando em todos os momentos ao universo da pesquisa.

A minha querida professora doutora Antônia de Abreu Sousa por me aproximar da pesquisa científica, por me inspirar profissionalmente, por me apresentar ao Labor e ao Nupep, pelos ensinamentos, conversas, incentivo e orientação. Muito obrigada!

À professora doutora Maria José Pires Barros Cardozo, a quem sou grata pela dedicação, empenho e delicadeza, ao apontar os pontos frágeis a serem aprimorados nesta pesquisa.

Aos professores do eixo Economia Política, Sociabilidade e Educação, pertencente à Linha de Pesquisa Filosofia e Sociologia da Educação, pelos saberes

compartilhados nessa caminhada: Enéas Arrais Neto, Elenilce Gomes, Fátima Nobre, Aduino Filho e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.

Aos meus amigos pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes: Ana Paula, Jerciano, Keyla, Nayara, Zélia, Augusto, Victor, Raphael, Adriana, Gilson, Glória Costa, Juliete de Souza, Mayra Pontes, Élide Sólton “Existe amigo mais apegado que um irmão”. (Provérbios 18:24)

Em especial às amigas, Keyla de Souza, Isabel Said, Luzirene Oliveira, Gleiza Guerra, Rosana Cavalcanti, Adriana Alves, pelo incentivo, discussões e estudos, a fim de aprimorar o meu trabalho.

Aos colegas mestrandos e doutorandos deste programa, pelas reflexões, sugestões e amizades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira e a CAPES por darem ensejo a um sonho.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (MARX, 2003. p.7).

RESUMO

O presente estudo visou analisar a qualificação e/ou a formação pelo modelo de competência nos cursos técnicos do Pronatec, ofertados pelo IFCE, campus Fortaleza. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e análise documental. Considera-se, pois, parte da pesquisa bibliográfica os documentos legais, como as legislações, os documentos do MEC e do IFCE. Ademais, foram utilizados documentos e legislações institucionais referentes ao Pronatec. As categorias teóricas utilizadas no trabalho foram: Trabalho (MARX, 2010, 2014); Qualificação Profissional (FERRETTI, 2004; SCHWARTZ, 1995; KUENZER, 2002; PAIVA, 1999; RAMOS, 2002); Educação Profissional (LIBÂNEO, 2001; SAVIANI, 2007; KUENZER 1991, 1999, 2001); e Formação Humana (FRIGOTTO, 1989; CUNHA, 2005; CIAVATTA E RAMOS, 2011; KUENZER, 2001, 2002; RAMOS, 2011). Conclui-se que predomina a perspectiva de formação técnica e experimental em detrimento de uma formação humana e integral nos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, Guia de Turismo e Mecânica. A formação técnica sobressai e se destaca, preponderando a formação voltada a atender aos interesses do mercado de trabalho, pautados na flexibilidade e polivalência dos trabalhadores. Assim, um modelo de formação profissional ofertado pelas instituições educacionais, para além do aspecto técnico e operacional, é defendido, porém tem de agregar, também, condições para o desenvolvimento do senso crítico e autônomo dos discentes e futuros trabalhadores.

Palavras-chave: Educação Profissional. Qualificação. Pronatec. Trabalho. Formação Humana.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the qualification and / or training by the competency model in the Pronatec technical courses offered by the IFCE, Campus Fortaleza. In order to achieve this, this research used as methodological approach, the bibliographic survey and documentary analysis. It is considered, therefore, part of the bibliographical research the legal documents as the legislations, the documents of the MEC and of the IFCE. In addition we use documents and institutional legislation related to Pronatec. We use the following theoretical categories: Work (MARX, 2010, 2014); In this paper, we present the results of a study of the professional qualification (FERRETTI, 2004; SCHWARTZ, 1995; KUENZER, 2002; PAIVA, 1999; RAMOS, 2002); Professional Education (LIBÂNEO, 2001; SAVIANI, 2007; KUENZER 1991, 1999, 2001); and Human Formation (FRIGOTTO, 1989; CUNHA, 2005; CIAVATTA AND RAMOS, 2011; KUENZER, 2001, 2002; RAMOS, 2011). We conclude that a perspective of technical and experimental training predominates in detriment of a human and integral formation in the technical courses in Occupational Safety, Guide of Tourism and Mechanics. The technical training stands out and stands out, still preponderating training aimed at attending the interests of the labor market, based on the flexibility and versatility of the workers. We defend a vocational training model, offered by educational institutions beyond the technical and operational aspect, but which also provides conditions for the development of the critical and autonomous sense of the students and future workers.

Keywords: Professional education. Qualification. Pronatec. Job. Human formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panorama de oferta do curso Técnico em Segurança no Trabalho.....	63
Figura 2 - Distribuição da disciplina por função.....	69
Figura 3 - Panorama de oferta do curso Técnico em Guia de Turismo.....	72
Figura 4 - Áreas de competência e conhecimento que o curso deve ofertar.....	76
Figura 5 - Panorama de oferta do curso Técnico em Mecânica.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.....	68
Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo.....	75
Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecânica.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CONPEP	Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPC	Equipamentos de Proteção Coletiva
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FILOS	Filosofia e Sociologia da Educação
IBGE/PNAD	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
IF's	Institutos Federais
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
LABOR	Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTUR	Ministério do Turismo
NUPEP	Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TGH	Teoria do Capital Humano
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	TRABALHO, EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
2.1	Trabalho Concreto: Gerador do Ser Social	26
2.2	Trabalho no capitalismo: gerador de desigualdades.....	32
2.3	Trabalho e qualificação profissional no Brasil.....	35
3	AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VIABILIZADA AOS TRABALHADORES.....	42
3.1	Política de Educação Profissional no Brasil: um resgate histórico.....	42
3.2	A expansão da Educação Profissional e o Pronatec.....	55
4	A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O PERFIL PROFISSIONAL DOS CURSOS DO PRONATEC: FORMAÇÃO PELO MODELO DE COMPETÊNCIAS.....	60
4.1	O tipo de qualificação profissional viabilizada pelos cursos.....	60
<i>4.1.1</i>	<i>Curso Técnico em Segurança do Trabalho.....</i>	<i>63</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Curso Técnico em Guia de Turismo.....</i>	<i>71</i>
<i>4.1.3</i>	<i>Curso Técnico em Guia de Mecânica.....</i>	<i>78</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

O interesse em analisar questões relacionadas à formação dos trabalhadores no contexto da educação profissional incidiu a partir de questionamentos oriundos da minha integração, em meados de 2012, no Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – NUPEP/IFCE¹ e no Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional da Universidade Federal do Ceará – LABOR/UFC², pertencente à linha de pesquisa Filosofia e Sociologia da Educação – FILOS³, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFC. Ambos atuam em parceria na formação de pesquisadores, visando contribuir para elevar o conhecimento científico sobre a educação, o trabalho e a qualificação dos trabalhadores. Os estudos se concentram na reestruturação produtiva, abordam a consciência de classe, a gerência da educação pública, o crescimento da educação profissional no Brasil e a formação continuada de professores.

Tal experiência acadêmica me instigou a realizar leituras sistemáticas sobre as temáticas, educação profissional e formação dos trabalhadores. O resultado destes estudos foi o levantamento de pesquisas realizadas em nível nacional com destaque nos estudos de Nascimento (2016), Silva (2015), Godoi (2014). As pesquisas supramencionadas tratam da

¹ O Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – Nupep iniciou em 2004. É interinstitucional, fortalecendo a pesquisa por meio da articulação e conjugação de esforços centrados na temática da Educação, ampliando as análises teóricas e experiências em âmbito nacional.

² O Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – Labor iniciou em 2002 e se configura na Faculdade de Educação da UFC como espaço institucionalizado de desenvolvimento das atividades de pesquisa, extensão e orientação voltadas para temas vinculados, direta ou indiretamente à Educação, ao mundo do trabalho e qualificação profissional, à crítica da sociabilidade capitalista notadamente em suas expressões educativas e constitutivas de subjetividade social, e ao estudo das várias vertentes do marxismo nas Ciências Humanas. Objetiva também a publicação e divulgação dos resultados das suas pesquisas, mormente através da Revista Labor (<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/Labor>) e da Coleção Labor/Ed.UFC, e a formação de novos pesquisadores. Como grupo de pesquisa associado ao Programa de pós-graduação em educação da FACED-UFC, salienta-se a relevância dos estudos teórico-empíricos do LABOR, que têm como base a ação sócio-política dos sujeitos sociais envolvidos, e a articulação do LABOR com a comunidade científica nacional vinculada a problemáticas afins.

³ Esta linha tem por objetivo discutir temas relacionados à educação, sobretudo à educação brasileira, a partir de uma variada gama de perspectivas teóricas no âmbito da filosofia e da sociologia. Nesse sentido, a linha se subdivide nos seguintes eixos temáticos: ‘Economia Política, Sociabilidade e Educação’ – Este eixo tem o Materialismo Histórico como enfoque fundamental, a Dialética como referencial epistemológico e metodológico, e a Economia Política Crítica como conteúdo analítico unificador dos diversos aspectos da realidade social plural e complexa com a qual se articula o sub-complexo educativo. Conta com o Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional, o LABOR. O Grupo mantém um encontro anual aberto que já se tornou referência regional na área de Filosofia da Educação. (Disponível em: <http://www.facedpos.ufc.br/2014/?pag=linhas>)

organização e financiamento do Pronatec, da sua governamentalidade e da relação público-privado. Diferenciando-se destes trabalhos, a presente pesquisa traz um novo enfoque, uma vez que situa o programa no contexto de formação de trabalhadores que buscam qualificação profissional nos Institutos Federais (IF's), com destaque nos cursos técnicos. Essa discussão se insere no âmbito da educação profissional no contexto dos anos 2000, com destaque nas ações do governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), mais especificamente nas ações voltadas para a profissionalização dos trabalhadores.

Dentre essas ações, destacamos o Brasil Profissionalizado, um dos pilares do Pronatec, que busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional, sendo instituído no ano de 2007, por meio do Decreto nº 6.302/2007. É um convênio do governo federal com os governos estaduais que aderiram ao “Compromisso Todos pela Educação” e se apresenta com um levantamento das condições das escolas com educação profissionalizante em cada estado. O programa faz parte das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem previsão no financiamento e na assistência atender 750 escolas e 500 municípios, matricular 800 mil alunos, qualificar 14 mil professores e construir 2500 laboratórios, com um investimento de 800 milhões no período 2008-2011. (BRASIL, 2017).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), sancionado no dia 26 de outubro de 2011, pela Lei no 12.513, tem como objetivo central democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de qualidade. O Ministério da Educação (MEC) antevê uma série de projetos e ações de assistência técnica e financeira que, juntos, objetivaram oferecer 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis, no curso de quatro anos após seu lançamento (BRASIL, 2015).

O programa, no discurso governamental, é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional com a elevação da escolaridade, constituindo em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania⁴.

Como afirmado ainda no discurso oficial, o Pronatec é um programa bastante abrangente, resultado da decisão de se enfrentar um problema sistematicamente propagado

⁴No início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), existia o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor, carro chefe do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), enquanto política escolar para a classe trabalhadora e que passou a integrar o Plano Nacional de Qualificação - PNQ no governo Lula. O foco de ambos consistia na preparação de trabalhadores para o mercado de trabalho em expansão.

pelos governos brasileiros: a baixa escolaridade e precária qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros.

De acordo com as agências de estudo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) e Fundação Getúlio Vargas (2010), o Pronatec foi criado em um período denominado de “apagão de mão-de-obra”. Como a Educação Profissional, no Brasil, é vista como salutar para o crescimento econômico acaba por ter políticas públicas de qualificação profissionais mais latentes, tendo em vista grandes demandas dos setores industriais e produtivos, além do programa em estudo, houve o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra (PIPMO)⁵, em 1963 e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)⁶, em 1996.

Considerando que a educação profissional tem cumprido, historicamente⁷, importante papel na qualificação dos trabalhadores, estudiosos como Ramos (2002) inferem que as novas mudanças tecnológicas e de reestruturação produtiva tendem a impactar a qualificação dos trabalhadores mediante a exigência de um novo perfil profissional. Há uma maior exigência de qualificação profissional diante das demandas do mercado de trabalho, quais sejam: demanda pela polivalência dos trabalhadores e pela multifuncionalidade no contexto de flexibilidade econômica. Nesse âmbito o conceito de qualificação é redimensionado pelo modelo de competência (Ramos, 2002) com profundas implicações na formação dos trabalhadores.

Enquanto o conceito de qualificação está vinculado a um modelo fordista de produção, pautado na aquisição de conhecimentos e na compreensão de que a qualificação envolve elementos plurais, entrando, também, o contexto social e as relações sociais na sociedade capitalista (Ferretti, 1997), a formação pautada no modelo de competências está vinculada à aquisição pelo trabalhador de habilidades de natureza cognitiva, psicossocial e socioafetiva voltadas para garantir a empregabilidade (RAMOS, 2002)⁸.

⁵PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra) foi criado pelo governo de João Goulart em 1963 e executado durante a ditadura militar até sua extinção em 1982. Corresponhia a cursos profissionalizantes, que ocorriam em todo o país, para trabalhadores pouco escolarizados, com encaminhamento para o emprego. Foi concebido no auge do êxito do paradigma taylorista-fordista no Brasil. o PIPMO teve sua origem no Ministério da Educação, mas em 1975 foi transferido para o Ministério do Trabalho. A oferta dos cursos do PIPMO era contínua, com adaptações nas áreas de cultivo agrícola. Os cursos do PIPMO eram na sua maioria de curta duração, apresentando convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), envolvendo pessoas que já estavam se alfabetizando em cursos de Educação Profissional. (SANTOS, 2006)

⁶ Veremos com maior detalhe no capítulo 3.

⁷ À respeito do processo histórico sobre a educação profissional no Brasil e suas implicações na qualificação dos trabalhadores, nos deteremos detalhadamente nos próximos capítulos teóricos.

⁸ Segundo Kober (2004) o termo empregabilidade está vinculado à noção de competência e diz respeito a um consenso ideológico em que transferi para o indivíduo a responsabilidade por sua educação e qualificação,

Diante desse contexto, a educação também tem seu papel redimensionado quanto à formação dos trabalhadores, cabendo a esta, muitas vezes, preparar esses trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho, desconsiderando o processo de precarização e flexibilização do trabalho. (RAMOS, 2002).

O conceito de formação pautado nas competências reforça a dualidade escolar, porque esta prima pela qualificação técnica e instrumental (pautada nos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho, desconsiderando as relações sociais capitalistas) em detrimento de uma formação humana. (RAMOS, 2002).

Esse posicionamento está em consonância com algumas discussões e debates nacionais no que diz respeito ao Pronatec, com destaque na Pesquisa intitulada, “Pronatec e Mundo do Trabalho: qualificação profissional no âmbito das metamorfoses do capitalismo contemporâneo”⁹. Percebeu-se que a crise de (des)emprego na sociabilidade do capital parte das metamorfoses do capitalismo contemporâneo e das contradições desse sistema como modelo socioeconômico. Esse modo de produção influencia ideologicamente as políticas públicas de Educação Profissional, uma vez que essa modalidade de ensino tem como objetivo formar força de trabalho para o mercado. Nesse sentido, as políticas de Educação profissional se baseiam na proposta de promover desenvolvimento econômico e contribuir para a qualificação do trabalhador como uma resposta às transformações do mercado e da produção. (SOTERO *et al.* 2015).

Nesse contexto, o Pronatec se apresenta como um programa que tenta integrar ações para expansão da rede de educação profissional e possibilitar a inserção no mercado do trabalho. Direcionada à parcela mais pauperizada da sociedade, carrega em sua construção a histórica dualidade entre ensino técnico e propedêutico. (SOTERO *et al.* 2015).

Esta dualidade estrutural, presente na formulação da política de educação profissional, arrefece a construção de um sistema de educação unitário, que vise articular uma formação humana integral do sujeito com a qualificação profissional. O Pronatec no âmbito dessa política reforça essa contradição. No modelo da sociabilidade contemporânea

garantindo assim, condições para permanecer no emprego. Contudo, esta perspectiva não considera as contradições da sociedade capitalista em que a qualificação exigida vai depender das demandas de uma lógica que visa a lucratividade e a obtenção de mais valia.

⁹Esse estudo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). As informações foram obtidas no primeiro semestre letivo de 2015, através de estudo bibliográfico. Foi apresentado no IV Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores na UFC no ano de 2015.

essa dualidade funciona como uma hierarquização do saber escolar e institucional, pois dicotomiza a oferta de ensino para parcela da população em busca de cursos e treinamentos “aligeirados” para se inserir no mercado de trabalho, e aos que têm acesso a um processo de escolarização regular e mais amplo. (SOTERO *et al.* 2015).

Outra pesquisa que segue essa linha de raciocínio, “Novo Panorama sobre a Institucionalização do Pronatec no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará”¹⁰ concluiu que no caso específico do IFCE, instituição com larga experiência na formação técnica, é notável o processo de expansão e de crescimento de vagas o que é extremamente salutar, porém as dificuldades encontradas são grandes, dentre elas: a evasão escolar e a falta de conhecimentos gerais dos alunos. É preocupante também a formação aligeirada que pode ocorrer, principalmente, nos cursos FIC, com base em uma formação imediata para o mercado de trabalho. (SOUSA *et al.* 2016).

O desafio do IFCE, com relação ao Pronatec, portanto, consiste em identificar e fortalecer as possibilidades de ofertar cursos de boa qualidade, buscando elevar a escolarização para que se possa pensar um projeto de emancipação dos jovens e adultos trabalhadores no Brasil. (SOUSA *et al.* 2016).

Portanto, o Pronatec está inserido em um contexto de política de formação dos trabalhadores, sobretudo porque existe uma nova exigência de perfil do trabalhador que se aproxima da qualificação pautada no acúmulo de conhecimentos desenvolvidos na experiência profissional. Desta forma, o Pronatec se insere nesse contexto em que a educação profissional, especificamente os Institutos Federais, passa a ter papel de destaque na qualificação de trabalhadores.

Diante do exposto, algumas questões foram elaboradas, se tornando mais inquietantes e que nos ajudaram a nortear a presente pesquisa: Que concepção de qualificação e/ou formação pelo modelo de competência norteia o projeto político pedagógico dos cursos do PRONATEC no IFCE, campus Fortaleza? Qual a relação entre trabalho, educação e qualificação profissional? Que tipo de qualificação é proposta pelas políticas de educação profissional no Brasil? Qual o perfil proposto aos discentes nos cursos do Pronatec? Com base nessas questões, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar as concepções de qualificação profissional e formação pelo modelo de competências propostas nos cursos do Pronatec ofertados pelo IFCE, campus Fortaleza.

¹⁰ Capítulo na obra **A Educação Profissional**: ensaios sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores. Antonia de Abreu Sousa, Jerciano Pinheiro Feijó, Keyla de Souza Lima Cruz (organizadores) Recife: Imprima, 2016.

Além disso, temos como objetivos específicos: discutir acerca das concepções sobre trabalho, educação e qualificação profissional; identificar a concepção de qualificação proposta pelas políticas de educação profissional no Brasil; analisar o perfil profissional proposto no projeto político pedagógico dos cursos do Pronatec.

O estudo, ora apresentado, é fundamentado nas seguintes categorias de discussões e seus respectivos aportes teóricos:

- Trabalho (Marx, 2010, 2013)
- Qualificação Profissional (Ferretti, 2004; Schwartz, 1995; Kuenzer, 2002; Paiva, 1999; Ramos, 2002)
- Educação Profissional (Libâneo, 2001; Saviani, 2007; Kuenzer 1991, 1999, 2001)
- Formação Humana (Frigotto, 1989; Cunha, 2000; Ciavatta e Ramos, 2011; Kuenzer, 2002, 2001; Ramos, 2011).

A especificidade da categoria trabalho está inserida na perspectiva do materialismo histórico e dialético¹¹ orientando o percurso teórico e metodológico, sendo que neste método o caminho percorrido pelo pesquisador parte do real e do concreto, aparecendo sob a forma de dados e à medida que vai sendo analisado é abstraído e avança nas análises. Posteriormente, surgem os conceitos e as abstrações cujas determinações são mais simples.

Sob esse método, propomos nos aprofundar em uma totalidade investigativa, na perspectiva de compreender o Pronatec como proposta de Educação Profissional desenvolvida em âmbito nacional e local. Minayo (2010, p. 25) defende que

o enfoque dialético apresenta-se como um grande desafio ao exigir que cada fenômeno ou processo social seja compreendido no contexto “da relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material”, além de defender ainda “a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou ‘objetos sociais’ apresentam.”

¹¹Em 1872, Marx afirma ter definido o método dialético como podemos ver em O Capital “[...] observar o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções (...) Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da civilização, é claro que a investigação crítica da própria civilização não pode ter por fundamento as formas ou os produtos da consciência. O que lhe pode servir de ponto de partida, portanto, não é a ideia, mas, exclusivamente, o fenômeno externo. A inquirição crítica limitar-se-á a comparar, a conformar um fato, não com a ideia, mas com outro fato. O que lhe importa é que os fatos se investiguem da maneira mais precisa, e que constituam, comparando-se com o outro, forças diversas em movimento, mas, acima de tudo, releva a essa inquirição que se estudem, com não menos rigor, a série de ordens de relações, a sequência e a ligação em que os estágios de desenvolvimento aparecem (...)” (MARX, 2010a, p. 25 e 26).

Como procedimentos metodológicos da pesquisa realizada sobre o Pronatec no IFCE, optou-se pelo levantamento bibliográfico e análise documental dos cursos Técnicos de Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Mecânica. Em seguida, houve a análise de dados, com base no referencial teórico estudado e nas informações coletadas e descritas detalhadamente.

A análise de documentos como estratégia para coleta de informações foi essencial, justamente por “constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38). Portanto, esta pesquisa é de natureza qualitativa.

Conforme Severino (2007, p. 124), “a pesquisa documental é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador”. No caso estudado, a pesquisa documental constitui técnica de identificação, levantamento e exploração de fontes relacionadas ao objeto pesquisado.

Trata-se, também, de um estudo teórico. Para Minayo (2010, p. 89), a pesquisa teórica “[...] é construída a partir de outro e sobre os quais se exercitam a apreensão, a criticidade e a dúvida” sendo “aquela que monta e desvenda quadros de referência [...] que são contextos essenciais para o pesquisador movimentar-se” (DEMO, 1987, p.23). Neste contexto, um estudo teórico se fundamenta, especialmente, nas leituras dos teóricos visando uma conexão.

Ainda no entendimento de Demo (1987), a leitura de clássicos é imprescindível e deve ser feita de maneira ativa e não ingênua. Isto significa que, enquanto posicionados como pesquisadores teóricos, precisamos possuir o conhecimento criativo dos clássicos.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram considerados documentos legais, como as legislações, os documentos do MEC e do IFCE, campus Fortaleza, e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2014 a 2018, formando, assim, a base deste estudo.

Quanto ao objetivo, podemos dizer que este estudo tem caráter exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais claro, sendo que o objetivo principal das pesquisas exploratórias é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Gonsalves (2001, p. 65) acrescenta que “a pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”.

A pesquisa documental procede de fonte primária ou secundária. A de conteúdo primário são documentos originais em forma oral, escrita e impressa constituindo parte da pesquisa.

A tomada de dados procedentes de fontes secundárias consiste nas produções realizadas sobre o tema, como livros, teses, artigos e outros, ou seja, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.57)

Para verificar se o perfil profissional do trabalhador que o Pronatec propõe é alcançado, verificamos o PDI do IFCE a fim de compararmos com os documentos do programa e, desta forma, concluir se realmente o proposto é alcançado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) estruturou-se a partir da fusão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) – Fortaleza, Juazeiro do Norte e Cedro – com as escolas agrotécnicas de Crato e Iguatu. Trata-se de uma autarquia Federal do Poder Executivo, criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, vinculada ao MEC e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. (IFCE, 2013a).

Sua função primeira é ministrar educação profissional, técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade nas áreas da educação profissional e tecnológica.

O IFCE é, portanto, uma instituição federal de educação profissional e tecnológica que atua com a função social de promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais. Consolidado no Ceará pela reconhecida excelência na formação técnica e tecnológica, seus benefícios estendem-se à comunidade, sob a forma de cursos e serviços. (IFCE, 2013a).

A atuação do IFCE abrange os níveis médio, técnico, superior e pós-graduação, visando ao processo de universalização dos direitos básicos da cidadania¹², expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. Sendo a educação profissional particularmente situada na conjunção do direito à educação e ao trabalho, o Instituto Federal vem procurando atender um maior número de estudantes em todas as regiões cearenses. (BRASIL, 1996).

Como parte dos direitos humanos, a educação profissional consiste em preparar as pessoas para ganhar sua própria subsistência e, conseqüentemente, alcançar a dignidade, o autorrespeito e o reconhecimento social como seres produtivos. (LIBÂNEO, 2001). Trata-se, pois, de um direito que a instituição elegeu como o principal eixo da política de igualdade que embasa seus princípios.

Nesse sentido, o IFCE compreende que a preparação para o trabalho pressupõe o reconhecimento e o acolhimento de diferentes capacidades e necessidades de aprendizagem; além do levantamento de interesses, trajetórias e projetos de vida, entre outros fatores como sexo, idade, herança étnica e cultural, situação familiar e econômica e pertinência a ambientes socio-regionais próprios de um país muito diverso. (IFCE, 2013a). Para realizar seu projeto educacional, atua em todas as regiões do estado do Ceará e atende cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) estudantes em 29 *campi*, conforme informações constantes na diretoria de ensino.

Deste modo, a presente pesquisa está organizada em cinco seções, incluindo as considerações finais que se apresentam, de um lado, como elemento no fomento das discussões que englobam a temática e, de outro lado, como ponto de partida para aprofundamento da problemática em novos estudos acadêmicos.

Na introdução, contextualizamos, problematizamos e apresentamos nosso objeto de estudo. Além disso, delimitamos os procedimentos teóricos e metodológicos realizados durante a pesquisa, tendo como eixo norteador das análises realizadas o Materialismo Histórico Dialético.

Na segunda seção, intitulada “Trabalho, educação e qualificação profissional”, realizamos o levantamento de uma discussão teórica sobre a relação entre educação e trabalho, no que diz respeito ao seu viés concreto como gerador do ser social, ainda como

¹² O saber, transmitido de forma sistemática por meio da escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século XX, quando se passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização (MEZOMO, 1997).

trabalho no capitalismo, gerador de desigualdades sociais, e, o trabalho e suas implicações sobre a Educação Profissional brasileira.

Na terceira seção, denominada “As políticas de educação profissional no Brasil e sua relação com as demandas por qualificação”, fizemos um resgate histórico das políticas educacionais no Brasil e o tipo de qualificação ofertado por estas políticas públicas, com destaque na expansão da educação profissional, de modo a situar o Pronatec e suas diretrizes políticas.

Na seção quatro, que tem por título: “Perfil profissional nos cursos do Pronatec”, analisamos o tipo de qualificação prevista na matriz curricular dos cursos técnicos em Mecânica, Segurança do Trabalho e Guia Turismo, com enfoque numa discussão sobre o redimensionamento da qualificação pelo modelo de competências no contexto de mudanças no mundo do trabalho.

Nas Considerações Finais, enfatizamos os resultados obtidos e as possíveis ampliações de debates acerca da temática pesquisada neste trabalho.

2 TRABALHO, EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O presente capítulo visa analisar a relação entre trabalho e educação com subsídio nas construções teóricas de Saviani (2007) e Marx (2011), de modo a contribuir com a reflexão sobre qualificação profissional. Tal discussão teórica está intimamente relacionada com o objetivo de compreender as concepções de trabalho, educação e qualificação profissional, considerando que estas estão intimamente relacionadas.

Portanto, o trabalho a ser enfatizado neste capítulo parte de uma concepção marxista, concebendo-a numa perspectiva ontológica em que por meio do trabalho o homem transforma a natureza e a si mesmo. Esse processo possui natureza educativa. Sendo assim, o trabalho e a educação estão intimamente relacionados. Contudo, na sociedade capitalista, o processo educativo passa por modificações profundas com repercussão na qualificação dos trabalhadores, com enfoque numa formação que se aproxima de uma dimensão experimental de qualificação, distanciando-se de uma formação humana e integral.

2.1 Trabalho Concreto: Gerador do Ser Social

O trabalho é um processo que requer a atuação do homem sobre a natureza. Neste processo, o ser humano, através de sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio material com a natureza. É o esforço e também o resultado.

O trabalho enquanto categoria fundamental da vida em sociedade foi elemento de estudiosos, entre eles destacamos as contribuições de Marx e Engels (1988). A citação abaixo, retirada do Capítulo V do livro *O Capital*, intitulado *Processo de trabalho e processo de valorização*, ilustra e apresenta de modo coeso a categoria trabalho

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Um processo em que o homem, em sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe, em movimentos, forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça, mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. (MARX, 2011, p. 142)

Portanto, a categoria trabalho, na perspectiva marxista, está atrelada à capacidade que o homem possui de transformar a natureza, e, desse processo, elaborar produtos que são úteis à vida humana. Ademais, esse processo de transformação da

natureza pela força humana possui uma natureza educativa, que num processo de trabalho não alienado, contribui para uma formação humana crítica. A aproximação com a conceituação da categoria trabalho permitiu a classe trabalhadora entender o seu papel na sociedade capitalista, a partir da compreensão da relevância do trabalhador em todas as esferas de atuação social.

Ainda conceituando a categoria trabalho, na obra de Suzana Albonoz (2008), intitulada *O que é Trabalho* (2008), a autora destaca o pensamento do filósofo alemão Max Scheler, no início do século XXI, em que apresenta as inquietações de Scheler acerca desse assunto. A partir dos estudos realizados, Albonoz (2008, p.13) distingue três sentidos para a palavra trabalho

[...] o de uma atividade humana, às vezes também animal ou mecânica (“esta máquina trabalha bem”; este burro faz um bom trabalho”); o de produto coisificado de uma atividade (“este quadro é um belo trabalho”; “este livro é um trabalho bem acabado”); e o de uma tarefa ou fim apenas imaginado (resta-nos muito trabalho para fazer uma democracia no Brasil”).

Historicamente, o trabalho pode ser vislumbrado como forma de o homem atuar em benefício próprio, devendo ser percebido enquanto expressão da progressiva capacidade criativa e transformadora do ser humano, atuando sobre a natureza e sobre si, a fim de ter garantidas sua sobrevivência e reprodução. Marx e Engels (2005, p. 53) afirmam que

[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...].

Portanto, é mediante o trabalho que o homem produz bens de consumo, visando suprir suas necessidades básicas, como comer e vestir-se, contudo, é por meio do trabalho, enquanto dimensão ontológica, que o indivíduo transforma a natureza e nesse processo também transforma a si mesmo, agregando acúmulo de conhecimento.

No ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens continuam a educar as novas gerações mediante o processo de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Dessa forma, o trabalho é um elemento essencial na vida humana, constituindo-se em requisito para sua existência social e histórica, sem o qual a reprodução da vida cotidiana não seria possível. Deste modo, temos aqui a dimensão ontológica do trabalho e sua dupla dimensão.

De acordo com Saviani (2007), a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem.

Nas comunidades primitivas os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção de existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações, sem necessidade de instituições educativas.

Saviani (2007) denomina esse comportamento de “comunismo primitivo”. Nesse contexto, não havia a divisão em classes, tudo era feito em comum. A educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida era, nessas origens remotas, verdade prática. Desse contexto surgem os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação apresentados por Saviani (2007).

A educação configura as pessoas para viverem em coletividade. Tudo o que se aprende e é transmitido através da oralidade e/ou escrita, ao longo do tempo, quando questionado e vivenciado faz parte do conhecimento. O ser humano, ao se apropriar desse conhecimento, desenvolve o pensamento crítico e reflexivo da sua essência. Para Kant (2002, p. 17), “a ideia de que uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente”.

É natural ao homem inclinar-se ao conhecimento, ambicionando conhecer o princípio das coisas. Assim, a partir dessa necessidade inquietante aquele busca as formas desse conhecimento, obtendo, assim, segurança no seu trabalho e na relação com o ambiente em que o desenvolve.

Para Marx (2010), o homem se diferencia dos demais animais por realizar o trabalho sobre a natureza, modificando-a, ao mesmo tempo em que altera sua própria natureza. Esse é o sentido mais geral de trabalho. Ele ocorre conforme surgem as necessidades do homem no intuito de garantir sua existência e com isso modificar o que existe na natureza em busca de satisfação, tanto no aspecto físico como social. Dessa forma, nesse processo de transformação da natureza que leva à transformação do ser, a história humana vai sendo construída, logo, podemos dizer que o homem é responsável por sua história e que a história é resultado da sua atividade laboral.

Conforme o homem desenvolve seu trabalho, ele constrói sua história e nesse processo de construção, faz-se necessário desenvolver métodos que facilitem o trabalho e possibilitem o repasse de conhecimentos às gerações futuras. Dessa forma, podemos considerar que a educação foi influenciada pela necessidade humana de compartilhar os conhecimentos laborais adquiridos, a fim de permitir que estes se perpetuassem aos longos dos anos.

O trabalho e a educação possuem um entrelaçamento entre si e, isso ocorre, independente do momento histórico, já que, ao desempenhar o trabalho, o homem aprende ao passo que ensina. Com a expansão e os meios de trabalho, o homem organizou novas etapas no processo produtivo, enquanto uns exercem a função de chefe, outros apenas desempenham sua força de trabalho de maneira braçal. Assim, surgem as propriedades privadas, dando início ao momento histórico no mundo do trabalho, dividindo as comunidades em aqueles que possuíam terras e os que não possuíam.

Os donos dos meios de produção não precisavam mais trabalhar sobre a natureza para garantir sua subsistência. Ela era fornecida através do trabalho daqueles que não possuíam terra e, dessa forma, estavam submissos ao desempenho das atividades impostas pelos proprietários. Assim, a educação dos senhores, donos das terras, que não precisavam desempenhar o trabalho para garantir sua sobrevivência, se tornou diferenciada, dando início ao que podemos chamar de dualidade educacional.

Do ócio, do tempo livre por não desenvolver trabalho e da necessidade de educação surgiram métodos de ensino não mais advindos da atividade laboral. Assim, nasceram as escolas para aqueles que tinham tempo livre, ou seja, os donos dos meios de produção e seus filhos, já os demais continuavam sendo educados ao desempenhar seu trabalho.

Conforme já destacamos, o homem trabalha, transforma a natureza e se autotransforma. Nesse sentido, ele cria sua história e desenvolve seus métodos educacionais. Na medida em que os tempos avançam e os novos meios de produção surgem, os métodos precisam ser aprimorados e, isso, exige do homem uma nova sistematização do modo de transmissão dos conhecimentos para as gerações futuras, para que, assim, facilite o aprendizado.

Saviani (2007) afirma que a educação, mesmo dependente da disposição capitalista, é um instrumento determinante e de suma importância para a sociedade, pois através dela é possível operar nas múltiplas dimensões construtivas do exercício

profissional, meio pelo qual ocorrem as trocas de conhecimento. Segundo o autor, “é realizando-se na especificidade que lhe é própria a educação cumpre sua função política” (SAVIANI, 2007, p. 70).

Fundamentando-se nessa troca mútua e necessária de conhecimento, a sociedade deve acreditar por completo na educação como “uma ação que produz e reforça atributos específicos do ser social, ou certas similitudes essenciais requeridas pela vida coletiva e por determinadas condições históricas da sociedade.” (CANEZIN, 2000, p. 56)

Diante dessa concepção, Saviani (2002, p. 22), afirma que “a educação é concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não como bem de consumo.” Vista como uma possibilidade de suplantar a situação de desemprego e promover o desenvolvimento social a educação é apropriada como forma de potencializar a força de trabalho no capitalismo e contribuir para resolver o problema do desemprego, reflexo das contradições e desigualdades construídas historicamente.

Desta forma, é por meio da educação que os indivíduos podem restabelecer uma visão crítica sobre sua realidade, de modo a minimizar a histórica dicotomia entre educação e trabalho na sociedade capitalista. Portanto, a educação pode vir a ser instrumento de autonomia de pensamento, de modo a contribuir para uma formação humana¹³.

Esse conhecimento parcelado, fruto da dicotomia entre trabalho e educação, contribui para uma perspectiva de qualificação experimental em detrimento de uma dimensão social. Para o entendimento sobre essas concepções de qualificação nos reportaremos, brevemente, sobre essa temática e discussão no âmbito da Economia e da Sociologia.

Estudos e pesquisas sobre o termo qualificação surgem com a intensificação da divisão do trabalho no capitalismo, em que a fragmentação de tarefas, decorrente desse processo, passa a ser objeto de estudo das áreas da Economia e da Sociologia.

Destacam-se, nos estudos franceses, a relevância da qualificação após a Segunda Guerra Mundial, no século XX, em virtude do contexto econômico e político marcado pelas disparidades de salários, provenientes do modo incerto de fixação da remuneração para capacidades de trabalho de natureza diferente ou idêntica. Diante desse cenário,

¹³ Diante da complexidade do tema iremos nos reportar de forma breve e não fragmentada e instrumental. Para maior aprofundamento do tema, sugerimos as seguintes discussões: *Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil*. de Ricardo Antunes (2016) e *Marx e a formação do Homem* de Manacorda (2011).

trabalhadores reivindicavam a elaboração de normas na perspectiva de uma padronização e objetivação dos modos de comparação das diferentes capacidades de trabalho, visando torná-las independentes dos atributos individuais, ou seja, da arbitragem do capital no julgamento desses atributos. Essas normas deram origem às classificações profissionais. (TARTUCE, 2004).

Essa formalização da qualificação em classificações profissionais significou, na França, uma padronização dos conteúdos da qualificação: a cada profissão, a cada posto de trabalho corresponde um nível escolar. Sendo assim, se consolidou um ordenamento social das profissões sólido e estável, legitimados pelos diplomas, ou seja, pelo tempo de formação necessário para a execução de determinada tarefa.

Portanto, a qualificação profissional torna-se um conceito à medida que são iniciadas as análises de conteúdo do trabalho, da evolução da hierarquia de produção, das avaliações e das classificações.

Segundo Tartuce (2004), essa estabilidade e solidez na estrutura profissional era característica do modo de regulação fordista, esse panorama implicava certa maneira de compreender a qualificação. Nesse contexto, as qualificações se referiam à hierarquização das profissões de cada ramo específico, este estabelecido pelo tempo de formação. O trabalhador, uma vez adquirido o saber e “saber-fazer” de uma dada categoria profissional, permaneceria no trabalho por um tempo longo, ideia de carreira profissional.

Com a crise do modo de regulação fordista, essa solidez torna-se fluída. Ocorre, então, um questionamento do conceito de qualificação pela competência, no contexto de flexibilização da economia e reestruturação produtiva da década de 1980. Assim sendo, tem-se demandado dos trabalhadores não apenas conhecimentos formais e explícitos objetivados pelos diplomas formais, mas também amplas habilidades cognitivas e comportamentais, tais como iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, cooperação, liderança, ou seja, exigência de um trabalhador polivalente. (TARTUCE, 2004)

Nesse contexto, autores como Ramos (2002), consideram que a qualificação sofre redimensionamento pela noção pautada nas competências, aquela tem sua origem na Psicologia e valoriza atributos e capacidades pautadas nos atributos psicossociais e socioafetivos, tais como saber trabalhar em grupo, lidar com situações imprevisíveis no contexto de flexibilidade e saber lidar com linguagens matemáticas. Portanto, tais

conhecimentos são adquiridos na experiência profissional, ou seja, nos saberes tácitos dos trabalhadores (RAMOS, 2002).

Apesar da concepção de qualificação ter se modificado no processo de transição fordista para o da acumulação flexível (Harvey, 1994) é, pois, concebida na literatura corrente (Schwartz, 1995) sob várias concepções. São elas: dimensão conceitual, dimensão experimental e dimensão social. A dimensão conceitual é aquela ligada à noção de obtenção de conhecimentos técnicos e/ou tecnológicos atestados pelos títulos e diplomas escolares. Já a dimensão experimental está relacionada ao desenvolvimento das capacidades cognitivas complexas apreendidas no ambiente de trabalho, próprias das mudanças no atual mundo do trabalho. A terceira dimensão é a social, incorpora a dimensão conceitual e experimental, ao mesmo tempo em que as amplia, justamente porque considera as relações sociais intrínsecas na sociedade capitalista, bem como a correlação de forças entre capital e trabalho.

Diante do exposto, consideramos que existe intrínseca relação entre trabalho e educação, sendo este espaço onde ocorre a qualificação dos trabalhadores. Contudo, o termo qualificação é multidimensional, se inserido em um contexto socioeconômico específico. Frente ao exposto, na próxima seção trataremos a categoria trabalho no sistema capitalista, com intuito de apresentar como sua organização para atender às exigências do mercado de trabalho implica alterações dos processos formativos.

2.2 Trabalho no capitalismo: gerador de desigualdades

Os processos de produção se reestruturam na tentativa de se adaptar às exigências impostas pelo mundo capitalista. Isso tem reflexo direto nas relações de trabalho e nas qualificações determinadas ao trabalhador. A organização da produção, baseada nos princípios do taylorismo¹⁴ e do fordismo¹⁵, passou por modificações no sentido de garantir mais produtividade no contexto político e econômico, desencadeadas por profundas mudanças na economia capitalista. Desse cenário, fez-se necessário que

¹⁴ O taylorismo designa um conjunto de técnicas científicas desenvolvidas por Taylor que segundo Harvey (1994) propunha o aumento da produtividade através da decomposição de cada processo de trabalho, ou seja, a divisão entre execução e planejamento, separação entre gerência, concepção controle e execução.

¹⁵ O fordismo compreende que a produção de massa significa consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1994, p. 121)

outras alternativas surgissem para impulsionar a produtividade, reorganizar as relações de produção e dinamizar o trabalho no interior da fábrica e nas relações entre trabalhador e capital.

Este processo de produção se intensificou com a reorganização da produção pelo sistema toyotista que se baseia, principalmente, na capacidade de produção e entrega dos bens produzidos associados a uma empresa enxuta e flexível (PINTO, 2007). O toyotismo propunha racionalizar o processo produtivo de forma a garantir um maior produtividade, sem desperdício de tempo e de matéria prima. De acordo com Antunes (2006, p. 20),

[...] as unidades produtoras mais antigas e tradicionais desenvolveram um forte programa de reestruturação, visando sua adequação aos novos imperativos do capital no que concerne aos níveis produtivos e tecnológicos e às formas de “envolvimento” da força de trabalho.

A política de financeirização do capital, baseada na desregulamentação e flexibilização do mercado, desencadeou um processo intenso de mudanças nas relações de troca e produção no sistema capitalista. Diante disso, o sistema educacional buscou adequar suas políticas de ensino, a fim de atender esse mercado em constante transformação.

A Revolução Industrial afetou fortemente a vida das pessoas que, sob a nova ordem de trabalho, tiveram a identidade laboral redefinida. A ótica do mundo do trabalho que se apresentava naquele momento exigia a divisão das atividades em tarefas específicas com o intuito de dinamizar e otimizar a produção industrial, tornando as pessoas um mero acessório da máquina. Historicamente, essas características tornaram-se ainda mais evidentes à medida que as mudanças sociais de ordem econômica, política e cultural eram implementadas. Estas foram ocasionadas pelo preceito capitalista de industrialização e impuseram a necessidade de aprender dentro e fora do ambiente de trabalho.

De acordo com Kuenzer (1999), a divisão do trabalho e da sociedade reforça a concepção dualista de educação no sistema capitalista, uma vez que segrega os homens a atividades bem específicas. Nesse contexto, e em consequência dessa divisão, o autor afirma

se a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, a medida em que, rompendo a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como

decorrência natural deste princípio a constituição de sistemas de educação marcados pela dualidade estrutural. (KUENZER, 1991, p.6)

Diante dessa perspectiva, organizou-se uma escola capaz de introduzir o ensino técnico e profissional, a fim de garantir uma força de trabalho qualificada para atuar em prol do crescimento da indústria, gerando ainda mais riqueza para a burguesia capitalista. Essa escola tinha como principal objetivo doutrinar os trabalhadores para serem cidadãos disciplinados e mais eficientes em suas funções.

Apesar de a escola ser vislumbrada como classista, ainda é espaço de disseminação do conhecimento. Portanto, defendemos uma educação integral alicerçada sob a óptica do trabalho como princípio educativo.

A escola desenvolve um papel significativo na formação dos estudantes que por ela passam. Porém, educar está além do espaço demarcado pelos ambientes escolares e salas de aula. O indivíduo, quando se dispõe a aprender, desenvolve sua capacidade de dialogar e organizar seus objetivos, planejando e desenvolvendo preferências de acordo com seu âmbito familiar, suas relações sociais com outros indivíduos e suas ocupações profissionais. (BRASIL, 2004)

A educação se define por uma preocupação ou por um objetivo a ser alcançado. Dentro de uma sociedade aquela age como ferramenta de sustentação e mudança social. A educação necessita de uma concepção filosófica que embase sua prática e oriente seus rumos. Assim, a sociedade, ao longo das relações sociais e históricas, tem a função essencial de definir a base de inserção do trabalho como princípio educativo

Notadamente, as sociedades modernas necessitam compreender os fundamentos humanos para assim identificar os tipos de cidadãos de que elas têm carência. A partir dessa perspectiva e observação as organizações, empresas e outros setores da sociedade precisam atuar em conformidade com essa conjuntura, buscando métodos adequados e bem ordenados que atendam de maneira mais homogênea possível todos os indivíduos nelas inseridos.

Uma vez que a sociedade assume essa responsabilidade, ao trabalhador cabe o comprometimento de se especializar para realizar melhor seus afazeres, aumentar sua produtividade e desempenho. Nesse ponto, o trabalhador compreende sua profissão como parte de uma dinâmica que valoriza não apenas o crescimento pessoal de ganhos e benefícios, mas uma independência profissional que se compromete com os interesses coletivos dos cidadãos.

Se por um lado, o homem assumiu o compromisso de cada vez mais acumular

conhecimentos visando contribuir para torná-lo um trabalhador “ideal” no atendimento das exigências do mercado de trabalho, por outro, o homem perde de vista o real sentido do trabalho enquanto gerador do ser social, uma vez que o sistema capitalista avilta a sua atividade laboral e, de forma predominante, torna o trabalhador uma mercadoria.

Logo, a qualificação profissional almejada pelo trabalhador não apresenta características próximas daquela formação no sentido geral, omnilateral ou integral posto por Marx (2010), já que essa não retrata o real interesse do sistema capitalista. Por esse prisma, apresentamos a seguir embasamentos teóricos que nos direcionaram a compreensão de qualificação profissional, posta por Marx (2010) e aquela que o trabalhador recebe no sistema moderno de formação.

2.3 Trabalho e qualificação profissional no Brasil

As mudanças ocorridas no sistema capitalista, ao atingir avassaladoramente a oferta e procura de emprego, expôs o trabalhador aos ditames do sistema com as transformações estruturais das relações de produção, tendo em vista que intensifica-se a diminuição dos postos de trabalho, aumentando o desemprego e criando maiores reservas de força de trabalho.

No modelo de produção fordista, Ferretti (2003), prevê que as mudanças no conteúdo do trabalho e no processo produtivo favoreceram um entendimento da qualificação profissional numa expectativa estreita e apenas vinculada ao progresso técnico. Essa concepção é denominada de essencialista ou substancialista (FRIEDMANN, 1972), partindo da qualidade, da complexidade e do conteúdo do trabalho para chegar aos atributos requeridos para o desenvolvimento de atividades profissionais. Parte da qualidade e complexificação das tarefas para chegar aos atributos dos trabalhadores necessários para desempenhá-las. Considera a qualificação do trabalho (conteúdo do trabalho) e a qualificação do trabalhador (saber e saber-fazer).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que os processos de transformação no âmbito do capital exigem a qualificação da força de trabalho, pautada, muitas vezes, numa dimensão essencialista, contraditoriamente, não oferece a todos condição de igualdade e acesso para qualificar-se.

[...] no modo capitalista de produção, a extensão de uma escolaridade cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis representa um desperdício de anos na escola e uma desumanização nos anos seguintes. Esta é

alógica do modo capitalista de produção que em vez de denunciar as relações sociais hierárquicas pelas quais acumulam riqueza nas mãos dos proprietários da sociedade, prefere deixar o trabalhador ignorante a despeito dos anos de escolaridade, e roubar a humanidade no seu direito inato de trabalho consciente e magistral. (BRAVERMAN, 1980, p. 377)

Esse tipo de qualificação, pautada na execução de tarefas simples e rotineiras, se aproxima às demandas de qualificação do período fordista. Para autores como Paiva (1991) e Ferretti (2004), esse tipo de trabalho a ser executado acaba por desqualificar¹⁶ o trabalhador, uma vez que este vem contribuindo para que o indivíduo seja apêndice da máquina. Esse processo coaduna com a desumanização do homem, porque o próprio processo de trabalho parcelar e fragmentado dificulta a capacidade crítica e mascara o processo de expropriação da mais valia pelos detentores do meio de produção.

No Brasil, o ensino profissional esteve intimamente vinculado a uma concepção dicotômica entre trabalho e educação, culminando num sistema dual de ensino. Para compreendermos essa dinâmica, nos reportaremos de forma breve a alguns períodos da nossa história.

Com a chegada da Corte Imperial, destacavam-se as casas dos educandos artífices e os liceus de ofícios. As primeiras eram destinadas às crianças e jovens em situação de mendicância, órfãos e desvalidos que recebiam instrução primária e ensino de ofícios, tais como: alfaiataria, carpintaria, tornearia, etc. Já os liceus difundiram o ensino primário e formação profissional do 2º grau com cursos destinados à agricultura, comércio e arte. (CARDOZO, 2015).

O ensino focado na formação profissional iniciada ainda no Período Colonial, no Brasil, destinava a “atingir” a classe trabalhadora era de cunho assistencial e entendido como oferta de caridade. No período da República, a educação profissional não perde a característica assistencial, embora novas exigências sejam determinadas pelo processo industrial e chegada do capitalismo ao Brasil. A indústria que aqui se instalava necessitava

¹⁶ Paiva (1991) considera que estudos e pesquisas, desde os anos de 1954, têm como referências teóricas as seguintes teses: 1) Desqualificação: reproduziu a transição do artesanato à manufatura, provocando numa desqualificação progressiva do trabalhador; 2) Requalificação: elevação da qualificação média da força de trabalho devido a automação nos processos produtivos; 3) Demanda de um menor número de profissionais, sendo que estes devem estar altamente qualificados, enquanto que, o maior número estaria numa condição de desqualificação; 4) Qualificação absoluta e desqualificação relativa: em termos absolutos há a exigência de trabalhadores cada vez mais qualificados, já na qualificação leva em consideração os níveis de conhecimento atingido pela humanidade, ao ser comparado anos anteriores.

de um trabalhador especializado. Diante disso, em 1909, no governo de Nilo Peçanha, foram criados os primeiros cursos profissionalizantes por meio das dezenove escolas de aprendizes artífices subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A partir da década de 1930, o processo de industrialização, trouxe impactos para a sociedade brasileira, por conseguinte, solicitava um novo desenho na educação ofertada no país. Foi requisitada uma educação que capacitasse a classe trabalhadora para as necessidades das indústrias, seguindo uma nova ordem social determinada pela acumulação do capital.

Neste período, a Reforma Francisco Campos (1931), que manteve a dualidade com o ensino propedêutico para as elites e ensino profissionalizante para as camadas populares.

Na promulgação da Constituição de 1937 o ensino profissional, não perdendo o caráter dual, buscou atender ao mercado de trabalho carregado ainda de traços assistencialistas, conforme artigo 129 da Constituição

o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937, p. 15).

Na década de 1940, por ocasião da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fomentava um ensino profissional orientado para a indústria, houve uma parceria entre governo federal e empresas custeadoras que tinham como objetivo formar uma força de trabalho qualificada para atender às demandas das indústrias (KUENZER, 1991). Assim, passou-se a organizar o funcionamento das escolas de aprendizes artífices. Paralelo a montagem desse aparato de ensino profissional estatal, também se destacou o ensino profissional privado, contando com o apoio financeiro estatal.

Em 1942, o governo aprovou a Reforma Gustavo Capanema, que manteve a tradição do ensino secundário acadêmico separado do ensino profissional, e instituiu as Leis Orgânicas para os diferentes ramos do ensino: industrial, comercial, normal e agrícola.

Ainda em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e quatro anos mais tarde o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambas focadas na formação profissional dos trabalhadores para a indústria.

Destaca-se, também, as Leis de Equivalência (Lei 1.076/1950, Lei 1.821/1953 e

Lei 3.552/1959), que estabeleceram a correspondência entre o ensino secundário e o ensino técnico, a LDB nº 4.024 de 1961.

Na reforma do ensino, via Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/1961, o governo fez a reformulação do ensino de 1º e 2º grau para todos os estudantes. No entanto, não foi possível obter nem a profissionalização, nem o ensino propedêutico capaz de atender ao público estudantil. Nesse quadro, as instituições, obrigadas a ofertarem o ensino profissional, se deparavam com estudantes que não tinham interesse por seus cursos.

Na década de 1990 do século passado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma da Educação Profissional, viabilizada pelo Decreto nº 2208/97, segregou o ensino médio dos cursos profissionais, impossibilitando a integração deles. A LDB, proposta pela lei nº 9394/96, passou a defender o ensino médio com foco no mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino Técnico de Nível Médio, aprovada pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro 1999, destacam a necessidade do desenvolvimento de competências para atender às necessidades da reestruturação produtiva e às mudanças na organização do trabalho.

Tal reforma, segundo Ramos (2002), Arrais Neto e Cardozo (2005), esteve relacionada com o contexto de flexibilização e polivalência dos trabalhadores, sendo exigido um novo tipo de qualificação: noção pelo modelo de competências. Esse cenário implica profundos desafios às instituições educacionais, com destaque aos Institutos Federais. – uma vez que diante das transformações enfrentadas pelo mundo do trabalho os profissionais devem buscar esse novo conhecimento no próprio ambiente.

A noção de competência valoriza o saber tácito do trabalhador, síntese de conhecimentos esparsos e práticas laborais adquiridas ao longo das experiências e oportunidades profissionais, bem como aquisição de conhecimentos e habilidades de natureza social e cognitiva (RAMOS, 2002).

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva ocorreu uma expansão da educação profissional e tecnológica, culminando com a criação dos Institutos Federais. Dentre as medidas deste governo para a educação, destaca-se o Decreto nº 5154/2004 permitiu que a Educação Profissional fosse ofertada de maneira integrada ao Ensino Médio. Conforme § 1º do referido decreto, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á da seguinte forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 5154/2004, embora represente um avanço em relação ao Decreto nº 2208/97, não consegue cessar o dualismo histórico da educação profissional brasileira. Como observamos, o Decreto nº 5154/2004 deixou as instituições livres para ofertarem o modelo que melhor conviessem, já que possibilitou a oferta de educação profissional na forma subsequente ao ensino médio. Vale ressaltar que esse documento surgiu em caráter urgente e transitório com o objetivo de encorajar a sociedade civil a lutar em prol do debate de melhores caminhos para a educação profissional.

A expansão da rede de educação profissional e a implantação das políticas de educação profissional tinham como meta construir escolas profissionalizantes em nível Federal e Estadual em todo o país e fortalecer as instituições que já existiam. De acordo com os dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), houve um aumento no número de estabelecimentos da rede Federal entre os anos de 2003 a 2010, em que o Ministério da Educação entregou à população 214 escolas técnicas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas (BRASIL, 2004).

Nessa compreensão, “a educação profissional e tecnológica se torna parte do processo de formação dos trabalhadores, portanto deve ser compreendida como uma política pública e estratégica” (BRASIL, 2004, p.39). Os objetivos para a promoção dessa política são bem claros no documento do MEC e se referem às transformações ocorridas no mundo do trabalho, ampliação das instituições para a oferta dessa modalidade de ensino,

aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores para impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

No contexto das políticas públicas de desenvolvimento social, qualificação e metamorfoses das relações de trabalho e produção no Estado capitalista, devem ser consideradas as mudanças ocorridas na estrutura do sistema que decorrem de sucessivas crises que desencadeiam a necessidade de repensar e reorganizar os processos de produção e acumulação de riquezas.

Para Pinto (2007) o advento do neoliberalismo, flexibilização das ações estatais e a reestruturação da produção e do trabalho foram fatores que contribuíram para a alteração na qualificação e segmentação da classe trabalhadora. Além disso, os aspectos que passaram a sustentar o sistema intensificam as relações de exploração do trabalhador, convergindo para um crescente aumento da desigualdade social e uma maior concentração de riquezas nas mãos de poucos.

De acordo com Kuenzer (2001), a política neoliberal que caracteriza o Estado Brasileiro veio assegurar a racionalização do uso dos recursos finitos, redução da presença do Estado no financiamento das políticas sociais e aumento da flexibilidade, qualidade e produtividade do sistema. Assim, o neoliberalismo surge como um sistema político, econômico e social na tentativa de superar a crise e revitalizar o capitalismo e suas estruturas, além de se apresentar como a solução para os problemas sociais que o chamado Estado do Bem Estar Social¹⁷ não conseguiu resolver.

Segundo Saviani (2002, p. 23), “a política econômica mundial alterna deliberadamente períodos de crescimento e de recessão ou combina crescimento em alguns países e recessão em outros”. Desde 2008 o capitalismo tem passado por uma forte recessão econômica/financeira, anuncia-se, constantemente, que esse sistema está passando por uma das maiores crises de sua história. A crise financeira global, que eclodiu em 2008/2009, nos traz questionamentos pertinentes quanto à capacidade do neoliberalismo de sustentar o capitalismo e resolver as problemáticas sociais prometidas através do livre mercado, além de por em xeque as benesses desse sistema.

Disto decorre a capacidade de reestruturação e revitalização do sistema após o esgotamento do modelo fordista de produção e do declínio da política keynesiana, década

¹⁷Segundo Moreira (2006) O Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State* foi um modelo de intervenção do Estado na economia capitalista baseado na política econômica keynesiana como forma de garantir direitos sociais e benefícios a população que sofria com os graves problemas enfrentados pela crise de 1929, esse modelo de política pública denominado também de Estado Providência ou Estado Social de Direito teve sua vigência entre as décadas de 1930 a 1970, seu declínio se deu no momento de crise do modelo fordista de produção.

de 1970, baseada no Estado-de-Bem-Estar Social. A política pública de Educação Profissional, que é delineada a partir dessa conjuntura e planejada para suprir a necessidade de força de trabalho qualificada que se adequasse a esse contexto, se configurou em um modelo de formação em que o profissional além de executar fosse capaz de pensar e gerir o processo de produção com vistas a não desperdiçar tempo e nem força de trabalho.

Com os interesses do mercado globalizado surgiu a política de avaliação dos países, determinada pelos organismos internacionais. De acordo com Coraggio (1996), podemos situar as políticas sociais (dentre elas a política educacional e a política avaliativa), advindas do Banco Mundial no contexto da globalização, da seguinte forma:

- I. As políticas sociais estão orientadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano que ocorreu apesar da falência do processo de desenvolvimento econômico.
- II. As políticas sociais - seja por razões de equidade ou cálculo político - estão direcionadas para compensar conjuntamente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização.
- III. As políticas sociais são elaboradas para instrumentalizar a política econômica, mais que continuá-la ou compensá-la.

A contribuição mais importante do Banco Mundial deve ser seu trabalho de assessoria concebido para ajudar os governos a desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades de seus países. Desse modo, o financiamento do Banco, em geral, será o delineamento com vistas a influir sobre as mudanças nas despesas e nas políticas de autoridades nacionais.

Tendo em vista os objetivos do trabalho, essa breve análise histórica apresenta os desafios para as políticas de educação profissional, pois as transformações no mundo do trabalho e suas consequências para a formação dos trabalhadores determinam um repensar na qualificação profissional que estejam acima dos interesses do mercado de trabalho.

3 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VIABILIZADA AOS TRABALHADORES

Neste capítulo, faremos um resgate histórico da política de educação profissional no Brasil, visando identificar a concepção de qualificação proposta pelas políticas de educação profissional no Brasil. Para tanto, trataremos da educação profissional situando-a historicamente, com enfoque na legislação brasileira enquanto modalidade de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos anos de 1990.

Tal enfoque contribuirá para o entendimento de como foram delineadas as políticas públicas voltadas para a profissionalização dos trabalhadores, com ênfase no Pronatec e suas diretrizes. Partiremos da história da educação profissional desde o Brasil Colônia até os anos 2000, vislumbrando o processo de qualificação em cada década até chegarmos ao Pronatec. Tais discussões serão subsidiadas pelos pensamentos de Manfredi (2002), Libâneo (2001), Cunha (2000a) e Ferreti (1997).

É notório que ao passar do tempo a perspectiva tecnicista é predominante, incumbida da necessidade de uma força de trabalho tecnicista e pouco humanitária. Garantindo, assim, a exploração da força de trabalho dos trabalhadores.

É possível perceber que a perspectiva tecnicista persiste atualmente, principalmente através dos programas de qualificação, a exemplo do Pronatec, tendo em vista que a qualificação, de modo geral, é rápida e focada nos processos produtivos.

3.1 Política de Educação Profissional no Brasil: um resgate histórico

As buscas das disciplinas escolares identificadas no conjunto dos saberes não estavam definidas no estatuto educacional brasileiro. A participação dos jesuítas na educação, séculos XVII e XVIII, não significava haver essa referida definição. Desta forma, as disciplinas escolares correspondiam a instituições e agrupamentos profissionais, científicos e técnicos. Os saberes provenientes estavam ligados a profissões específicas, como mercadores, banqueiros, artesãos; saberes úteis ao processo de escolarização e

construção das disciplinas escolares estavam ligados às demandas exigidas por determinadas províncias brasileiras. (FONSECA, 2006).

Não obstante, os grandes debates que se tratavam em torno da questão das desigualdades educacionais criaram, a partir dos anos 60, condições para o desenvolvimento do chamado “paradigma da reprodução”, que teve significativa influência nas pesquisas em educação. Essas teorias da reprodução, fortemente influenciadas pelo estruturalismo das décadas de 60 e 70 do século XX, negavam à escola o papel de corretora das desigualdades, reconhecendo nela a função de perpetuadora das mesmas. (FONSECA, 2006, p. 17).

Os elementos da análise educacional pouco ou quase nada correspondiam aos aspectos sociais ou críticos, formulavam-se nas concepções políticas e ideológicas que dizia respeito ao espaço escolar. Valores essenciais do cotidiano, como cultura, eram negligenciados não puderam ser desenvolvidos, deixando de lado o enriquecimento histórico do nosso país. A final, a mão de obra que buscavam desde o período Pré-Colonial, não necessitava pensar, e, sim, trabalhar. O desejo exploratório sobre as terras brasileiras estavam além de enriquecer os tronos dos grandes impérios europeus.

Existe uma lacuna no comportamento historiográfico brasileiro, marcada por uma acentuada ideologização, em conjunturas políticas de grande importância, sem dúvida, para o debate sobre educação em geral e sobre escola em particular

[...] Não deixa também, de haver uma coincidência com o movimento mais geral da historiografia brasileira, que só começou a repensar seus objetivos e perspectivas interpretativas em meados da década de 80, sob influência dos movimentos historiográficos internacionais, principalmente da História cultural [...] (FONSECA, 2006, p. 37).

É importante ressaltar as etapas educacionais no Brasil para chegarmos ao século XXI, com todos os seus avanços educacionais, as incorporações de ofícios, programas como Pronatec, escolas tecnicistas. Existe todo um percurso histórico abrangente dentro dos fatos aqui apresentados.

Em relação ao Período Colonial no Brasil, correspondente aos séculos XVI ao XIX, mais propriamente ao século XVIII que representou para o Brasil a consolidação colonial e as novas transições econômicas, como o ouro, o gado, o mercantilismo e as novas manufaturas. As relações escravistas permaneceram com o trabalho livre, escravocrata e manufatureira, uma vez que o trabalho manual era degradante e indigno para o escravo e alguns homens livres e brancos. Entretanto, o preconceito, nesse período,

não era propriamente do trabalho manual, mas da representação social estabelecida na vinculação ao trabalho vil, ou seja, reles, ordinário, miserável, insignificante e infame.

Conforme afirma Wehling (1999), “ocorreu alguma renovação na burocracia estatal com funcionários profissionais em alguns setores. Faltou, entretanto, uma autêntica burguesia nacional que dotasse o país de atividade empresarial verdadeiramente moderna [...]”.

Os traços do nosso atraso econômico e educacional sempre estiveram submetidos aos interesses externos. Pensar em um país moderno, independente, republicano e democrático nos sugou muito ouro, vidas, suor, sangue. Acarretou ao Brasil exploração das riquezas, ouro; exploração de mão de obra barata, escravos e imigrantes; e exploração do espaço, através das disputas por territórios. Se existem programas como Planfor e Pronatec, por exemplo, agregados à educação não é por acaso. Grandes potências no mundo, antes mesmo de pensar em economia, pensaram em educação.

Mas até que ponto essas iniciativas veem o ato de educar como progresso do país? Será essa a verdadeira questão? Ou estamos falando em um governo que prepara mão-de-obra barata para suprir uma demanda empresarial, sem pensar no bem próprio do cidadão brasileiro? Estas questões são necessárias, porém não será foco deste estudo.

Ainda em relação à educação no Período Colonial é de extrema importância abordar a educação jesuítica. No transcorrer de dois séculos, estes implantaram escolas, fundaram missões e confrarias, construíram igrejas, coordenaram aldeamentos indígenas, organizaram “entradas” aos sertões, visitaram cidades, vilas e povoados, desbravaram regiões jamais pisadas pelo colonizador lusitano, catequizaram índios, negros e brancos, interferindo direta e indiretamente na organização sócio-político-econômica da vida brasileira, levando a mensagem da “civilização” do litoral ao interior da colônia.

Pois tais razões, a Companhia de Jesus foi

(...) a mais poderosa influência externa que se registra na formação da sociedade brasileira. Na sua forma inflexível e ao seu gosto clássico-humanista plasmou gerações de letrados que iriam de início engrossar a superestrutura da incipiente vida brasileira e, pouco a pouco, sob o influxo de fatores endógenos e exógenos, definir o estilo e a linha de comportamento que estão na base de muito do que viemos a ser até agora (CHAGAS *apud* CORDEIRO, 2005, p. 47).

Em resumo, sob o plano pedagógico, até a chegada dos jesuítas, estávamos diante de uma sociedade em que as instituições escolares eram ainda desconhecidas, respondendo por um analfabetismo quase absoluto no meio colonial. Onde o que

prevalecia para a coroa portuguesa não era a construção de escolas ou universidades, mas sim o controle ideológico da futura nação ali encontrada.

Paralelamente a essa formação educacional veio a elitização. No desenrolar do programa educativo dos jesuítas no Brasil, percebemos que a partir do século XVI este programa já não guarda mais aquele caráter preferencial pelo indígena, conferido pelo padre Manuel de Nóbrega. Pelo contrário, o sistema educativo da Companhia se afasta desta linha e passa a se preocupar com uma clientela da elite, oriunda da aristocracia dos engenhos, da pequena burguesia do século XVI e dos donos da mineração do século XVIII. Os colégios são, então, construídos para atender à elite e preparar o quadro dirigente da vida pública colonial.

No entanto, a convergência de interesses estagnava e as divergências foram agravando-se com o passar do tempo, chegando ao seu ponto máximo durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de todos os domínios ultramar.

Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, o Estado foi obrigado a montar um aparato escolar para substituir o sistema jesuítico de educação¹⁸. Segundo Manfredi (2002), as primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, voltadas para a formação de pessoas no desempenho de funções qualificadas no exército e na administração do Estado, sendo os demais níveis – o primário e o secundário – voltados para a formação propedêutica, com destinação final à universidade.

Com Pombal, as novas tendências culturais, antes dispersas, foram cristalizadas num movimento único, dirigido pelo Estado, nos moldes do despotismo esclarecido, já que a Europa respirava o Iluminismo.

Com a renovação do Estatuto da Universidade de Coimbra, já como novo espírito: foi permitida a dissecação de cadáveres, valorizado o método científico e possibilitava a observação e experimentação, com a instalação de laboratórios, um jardim botânico e um observatório astronômico. Foram também fundadas a imprensa régia e as escolas de náutica, comércio e desenho, com convites a professores técnicos estrangeiros, o que acelerou a entrada das concepções fisiocráticas e liberais em Portugal e Brasil (WEHLING, 1999, P. 154).

Diante desse quadro as reformas Pombalinas na área da educação e cultura tiveram grande dificuldade em se manter. Cabia a Coroa portuguesa a tarefa de decidir o que era inovação útil, e o que correspondia risco ao poder absoluto. No Brasil, mais

¹⁸ Em meados do século XVIII, os jesuítas mantinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, com utilização de pedagogia, modelos institucionais e currículos próprios. (CUNHA 2000a).

propriamente, essa censura desorganizou ainda mais o ensino após o desmantelamento das escolas jesuíticas. Paralelamente a esse sistema escolar, o Estado desenvolveu um ensino voltado para a formação de artífices diretamente ligada à produção (atividades nas oficinas, fábricas e arsenais).

Sendo assim, as iniciativas de educação profissional, no Brasil Império (1822-1889), foram resultados da participação de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), da participação do Estado e, muitas vezes, do entrecruzamento de ambos, mediante a transferência de recursos estatais para instituições privadas. As instituições nas quais se ministrava o ensino voltado para os ofícios manufatureiros foram: as academias militares (exército e marinha), as entidades filantrópicas e os liceus de artes e ofícios.

Com origem no Brasil Colônia e atendendo a uma dupla finalidade, a educação profissional, de um lado, esteve vinculado à filantropia e à benemerência como forma de prevenção da desordem e regeneração moral, e de outro, buscou a formação da força de trabalho para atividades que não estavam diretamente ligadas ao setor produtivo escravista, mas de apoio a este por contribuir para preservação do *status* e dos privilégios da classe aristocrática agrária brasileira. A educação profissional surge no intuito de combater os altos índices de criminalidade que impediam o progresso do país, além de estar associada ao cumprimento da responsabilidade do governo na formação dos “cidadãos desprovidos ou desfavorecidos da fortuna”, tornando-os úteis à Nação¹⁹ (BRASIL, 1909).

De acordo com Manfredi (2002), dentre as instituições sob-responsabilidade do Estado destacaram-se as Casas de Educandos e Artífices, criada entre 1840 e 1856, por dez governos provinciais, com adoção de um modelo de aprendizagem pautado na hierarquia e na disciplina. Um dos exemplos mais emblemáticos desse tipo de instituição foi o Asilo dos Meninos Desvalidos²⁰ (Rio de Janeiro).

No final da década de 1870, foram feitas reformulações dos currículos das escolas primárias brasileiras, visando criar, entre outros aspectos, um programa de História Profana mais extensa e eliminar a História Sagrada. Tal fato traduzia a atmosfera das discussões sobre o fim da escravidão, a transformação do regime político do Império para a

¹⁹ BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizagem Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2017.

²⁰ Esta Instituição acolhia um público entre 6 a 12 anos em situação de mendicância, os quais recebiam instrução primária, seguido da aprendizagem de algum ofício. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, a fim de pagar sua aprendizagem e acumular reservas sob a forma de pecúnia que seria entregue ao fim do triênio.

República e a retomada dos debates sobre o ensino laico, visando, dessa vez, a separação entre o Estado e a Igreja Católica.

Assim, não havendo no Brasil pesquisas históricas que pudessem orientar programas de ensino mais consistentes, o ensino da História do país manteve, ao longo do Império, um caráter elitista e ideológico. Nas palavras de Nadai:

(...) a história pátria surgia como apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando um papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas (NADAI *apud* CAIMI, 2001, p. 29).

Diferentemente dessas instituições, os Liceus de Artes e Ofícios foram criados e mantidos por iniciativas da sociedade civil, cujos sócios e benfeitores eram, em sua maioria, membros da burocracia estatal. Isso permitia que essas sociedades se beneficiassem de dotações governamentais, garantindo a manutenção de seus cursos. Os Liceus eram destinados ao ensino de belas-artes e sua aplicação era necessária aos ofícios e às indústrias, sendo vedados apenas para escravos. Segundo Cunha (2000), até o fim do Império o Liceu não disponibilizava de oficinas, mas somente salas de aula, tendo em vista a insuficiência de recursos.

Apesar disso, os Liceus de Artes e Ofícios foram criados e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes. Essa rede foi instituída durante o período Republicano (1889-1930), mais especificamente no governo de Nilo Peçanha (CUNHA, 2000b).

Desde sua criação até meados dos anos de 1930, observam-se uma busca pela racionalização das relações de trabalho que atrelado ao processo migratório, acarretou em novos desafios políticos. Nesse contexto, ganharam forças as propostas que apontavam a educação, em especial a elementar, como forma de realizar a transformação do país. O tipo de educação proposta diferenciando-se em termos de conteúdo e significado, dependendo da classe social e/ou divisão social no trabalho. Percebe-se que a bifurcação da educação já existia como um reflexo do processo de hierarquização e divisão social do trabalho que designa aos índios, aos escravos e aos desafortunados o trabalho pesado. Assim, ficando as funções de chefia restritas aos senhores ou homens livres.

Manfredi (2002) considera que as práticas educativas, no Império, vão refletir duas distintas, mas complementares, concepções. A primeira delas será de natureza

assistencialista e compensatória, destinada a órfãos, pobres e desvalidos, visando dignificar a pobreza mediante o trabalho. A segunda concepção diz respeito a uma educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado socialmente útil, desviando as pessoas do ócio e da vadiagem, por meio da aprendizagem de um ofício.

Tendo em vista estas considerações, podemos destacar que a educação profissional alicerçada no Brasil Império esteve profundamente vinculada a uma concepção assistencialista, voltada para o ensino, prioritariamente no âmbito artesanal, com metodologia voltada para a hierarquia e a disciplina, visando à manutenção da ordem vigente. A criação e manutenção destas importantes instituições voltadas para a aprendizagem de ofícios foram mediante o entrecruzamento entre as esferas públicas e privadas. Contudo, as demandas por uma formação mais técnica e racionalizada somente se consolidará nos anos vindouros, estando este tipo de formação vinculada ao desenvolvimento da industrialização no país.

O período marcado pelo Governo Republicano permeou sucessivas reformas políticas e sociais, no entanto, pouco fez para alterar a situação da escola pública. Nessas primeiras décadas do século XX, várias propostas surgiram em torno dos problemas educacionais. Um exemplo eram as escolas anarquistas que tinham como características seus próprios métodos de ensino, baseada em lutas sociais. A recente implantação da República só se consolidaria na mentalidade dos brasileiros se apoiada por um sistema de educação que alcançasse os quatro cantos do país, com a proposta de difundir o sentimento nacional patriótico. Nesse sentido, o ensino de História teria um importante papel: o de garantir “o sentimento do passado, a possessão de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de mantere continuar a fazer valer indivisa a herança recebida” (CAIMI, 2001, p. 30-31).

No plano do currículo, os embates e disputas sobre a reelaboração de determinados conteúdos foram essenciais para a definição das disciplinas escolares, dividindo aqueles que desejavam disciplinas mais científicas (técnicas e práticas, adequadas à modernização) e aqueles que defendiam as disciplinas literárias (entendidas como formadoras do espírito).

Com a chegada de Getúlio Vargas em 1930 ao poder, marcado pela Revolução de 30 ou governo provisório, rompendo com o antigo Regime Republicano, a emergência por novas reformas educacionais e profissionais tornam-se cruciais ao governo Varguista. A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a reforma

Francisco Campos, acentuou-se o fortalecimento do poder central do Estado e do seu controle sobre as escolas. Nessa conjuntura, Francisco Campos designou medidas destinadas à educação, firmando “os marcos de uma política educacional autoritária, que teve, então, no fascismo italiano uma fonte fértil de inspiração” (CUNHA, 2005, p. 20). Ao mesmo tempo envolvia propostas inspiradas na pedagogia norte-americana.

Com o novo plano urbanístico e o desejo do desenvolvimento industrial, se repensou a inclusão do povo brasileiro, onde alguns identificavam o atraso econômico no país por haver forte mestiçagem. Com a preocupação da integração da sociedade brasileira à civilização ocidental buscou-se reconhecer uma nova identidade nacional (BRASIL, 1997). Exposta em livros e cartilhas, estava o domínio do Estado e a busca da formação moral e cívica dentro das escolas. A formação de fieis trabalhadores estava em pauta no Governo de Vargas, por se tratar de um presidente nacionalista e populista. A criação do Ministério do Trabalho e o controle sindical impuseram barreiras às greves e manifestos operários. No entanto, havia uma necessidade de industrializar o Brasil, para isso contou também com o apoio norte-americano.

O processo de industrialização no Brasil ganhou destaque no governo de Getúlio Vargas. Neste, a educação profissional no Brasil ganha novo destaque com o início da Política Nacional de Desenvolvimento. O contexto histórico vivenciado na época envolvia a queda da bolsa de Nova York, em 1929, afetando o mercado do café, e a Revolução de 30, por meio de um golpe de estado liderado pelo próprio Getúlio Vargas.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas impôs várias reformas a fim de garantir as condições políticas necessárias para o desenvolvimento industrial e urbano do país. Com isso, as cidades ganharam impulso e as atividades econômicas passaram a demandar mais força de trabalho e maior nível de escolarização.

Diante do desenvolvimento econômico e das expressivas manifestações a favor dos direitos trabalhistas dos estrangeiros que adentraram no país, a partir de 1920, o Governo Getulista propala a necessidade de qualificação do trabalhador brasileiro para atender as demandas do setor industrial que se instalava no país.

Destacou-se, nesse período, o ensino profissional ofertado pelo sistema privado de ensino profissional. É na década de 1940 que surgem importantes instituições, com destaque ao SENAI, criado em 1942, que instalou algumas escolas técnicas, a fim de garantir a viabilização de seus cursos de aprendizagem sistemática.

Outro marco da educação profissional está associado às instalações de empresas multinacionais no Brasil, nos anos de 1950, com a abertura do capital estrangeiro, que demandou a necessidade de qualificar a força de trabalho nacional, advindo de um projeto educacional implantado com fundamento na Teoria do Capital Humano. A transição do Governo Dutra para Vargas, que volta ao poder por meio de eleições diretas, reforça a economia criando a Petrobras. Nesse último governo, aperfeiçoa a implantação de indústrias internas favorecendo os produtos brasileiros. O que força a população a buscar qualificação a fim de superar a força econômica europeia que se fazia distante do governo nacionalista de Vargas.

Segundo Theodore Schultz (1973)²¹, principal expoente da Teoria do Capital Humano, o trabalho humano quando qualificado por meio da educação é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital, sendo, assim, necessário um direcionamento da educação para que esta pudesse apontar os caminhos certos e exitosos do trabalho de forma a garantir retorno certo.

Disseminando e influenciando a educação brasileira a ideia central da Teoria do Capital Humano está centrada no indivíduo que se capacita para adquirir habilidades. Estas adquiridas mediante a educação, que forma um capital de propriedade do sujeito que a recebe e não pode ser expropriado por ninguém. Esse conhecimento incorporado em seu trabalho de forma sistemática aumenta a produtividade dos trabalhadores, os lucros dos capitalistas e superam as dificuldades regionais, alavancando o crescimento econômico de um país.

É nesse sentido e imbuído do ideário neoliberal nascente que o Estado passou a orientar a aproximação das instituições do ensino técnico ao mundo empresarial, sobretudo pela recomendação de que “tais instituições deveriam adotar o modelo de gestão da iniciativa privada, dotado de flexibilidade e operacionalidade no âmbito da lógica mercantil” (LIMA FILHO, GARCIA, 2004. p.17)²².

A década de 1960 foi marcada pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, lei nº 4.024/61, a qual visou garantir maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, estabelecendo equivalência entre os cursos

²¹ SCHULTZ, T. W.. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

²² LIMA FILHO, D. L.; GARCIA, N. M. D. Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à Educação Profissional. In: 27a. Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. 27a. Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2004. v. único. p. 01-34.

técnicos (industrial, agrícola, comercial e ensino normal) e demais cursos do 2º ciclo do secundário, permitindo a possibilidade de inserção ao ensino superior por aqueles que finalizaram os cursos dos ramos profissionais.

Embora a LDB/61 tenha garantido a flexibilidade entre o ensino médio e o ensino superior, ainda persistia o forte dualismo escolar, com fortalecimento da dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional, reforçando um modelo de formação profissional pautada numa perspectiva tecnicista e fragmentada, visando atender aos interesses do mercado de trabalho.

Libâneo (2001) aponta que na década de 1970 a educação profissional objetivava preparar as pessoas para ganhar sua própria subsistência e, conseqüentemente, alcançar a dignidade, o autorrespeito e o reconhecimento social como seres produtivos.

Dessa forma, o indivíduo visualizava nos novos mercados econômicos um objetivo a mais para se profissionalizar, muitas vezes almejando uma maior remuneração financeira. Observa-se, atualmente, um mercado extremamente competitivo, partindo até das próprias instituições de ensino que ofertam cursos com formação em curto prazo.

Na transição dos anos 60 aos 80 do século passado, atravessamos uma ditadura que viria a modificar completamente com a economia brasileira, conseqüentemente, com as novas formações técnicas e educacionais, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Com a nova Constituição de 1967, viveu-se um novo momento na educação, uma abertura do ensino para a iniciativa privada. A falta de investimento nas escolas e na formação docente ocasionou um baixo desenvolvimento educacional no país, como também agravou os quadros de desigualdades. Um período marcado pela ausência da democracia e ampla participação externa na política brasileira. Afinal, aquele que não obedecia aos parâmetros ditatórios daquela época não era digno de ser um brasileiro, na educação deixou marcas profundas, o lema era expandir sem qualificar.

Melhorar as condições de vida da população, na década de 1980, se tornou um dos maiores desafios enfrentados pelos governos do período democrático. A estabilidade econômica e o ritmo de crescimento conquistado pelo Brasil nos últimos anos vêm ajudando nesta tarefa. Porém, essas transformações só começam a ser atingidas após o Brasil restabelecer o Estado de direito. Desde o fim dos governos militares e o retorno da democracia, o país vem atravessando grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. (BRAICK, 2013, p. 215). Na década de 1980, pensava-se mais em estabilizar a economia

no Brasil para somente depois pensar em educação, que vem a entrar em pauta com a nova Constituição de 1988.

Já década de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu a política de educação profissional ao descaso, ensejando, de um lado, a contenção da oferta nas instituições públicas, e, de outro, promovendo o incentivo financeiro à ampliação da oferta da educação profissional no setor privado.

Nesse mesmo período, ocorreu o desenvolvimento acelerado da robótica, da automação, da informática, dos meios de comunicação, reestruturando o mundo do trabalho de forma, até então, nunca vista. A velocidade com que ocorrem as transformações na esfera produtiva e financeira exige dos governantes um novo olhar na formação/qualificação da classe trabalhadora (ARRAES NETO e CRUZ, 2011).

Na década de 1990 o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, na lógica da empregabilidade em função do desemprego estrutural, com recursos específicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ocorreu no momento da diminuição do número de indústrias e postos de trabalho, no ajuste da automação e de novas formas de produção, privatização indiscriminada e diminuição dos empregos inclusive no setor público. Desde sua criação foi vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os cursos do PLANFOR eram ofertados de setembro a janeiro, variando alguns desses meses, apresentando oferta descontínua, com exceções para módulos de recuperação de escolaridade que ocorriam durante o ano. Apresentava cursos de duração variável com investimento em recuperação de escolaridade dos anos finais do Ensino Fundamental, associando uma parte da carga horária à formação profissional. Em 2002 teve um corte considerável dos recursos em todos os Estados da União. Tais políticas vêm favorecendo a descontinuidade e o desprestígio da Educação Profissional para trabalhadores adultos, pouco escolarizados, segmento social numericamente representativo no país. (SANTOS, 2006).

Segundo Sales (2012b) o PLANFOR tinha como objetivos “a redução do desemprego e do subemprego, o combate à pobreza e à desigualdade social e a elevação da produtividade, da qualidade e competitividade do setor produtivo”. (SALES, 2012b, p. 25) O autor constatou que o programa “não conseguiu promover condições que possibilitassem aos egressos romper com a inserção marginal em que se encontravam em relação ao mercado de trabalho” (SALES, 2012b, p. 177).

Portanto, o programa vinculado à qualificação do trabalhador PLANFOR estava sintonizado com uma formação pautada na empregabilidade, cujo modelo se aproxima de uma formação pautada no modelo de competências. A seguir breve explanação sobre a diferença entre qualificação e formação pela competência.

Ferretti (1997, p. 228)²³ esclarece o conceito de competência que muitas vezes é usado como sinônimo de qualificação, contudo apresenta conotações diferentes à medida que

[..] enfatiza menos a posse dos saberes técnicos e mais a sua mobilização para a resolução de problemas e o enfrentamento de imprevistos na situação de trabalho, tendo em vista a maior produtividade com qualidade. Por outro lado, embora seu desenvolvimento dependa da correlação de forças entre os envolvidos, tende, por sua ênfase na individualização e nos resultados, a privilegiar a negociação ao embate, o envolvimento à postura crítica.

O conceito de competência associa-se intrinsecamente ao conceito de empregabilidade. Nesse sentido, ressalta Machado (1996, p. 4)²⁴ que os trabalhadores estão sendo “interpelados a rever e reavaliar suas capacidades e vantagens competitivas e se familiarizar com os novos receituários, que definem o que é ser, hoje, no âmbito do capitalismo mundializado, alguém competente, alguém integrável ao mercado.”

Em meio a essa conjuntura, em 1996, foi aprovada a LDB, promulgada pela Lei Federal nº 9394. No art. 39, a LDB apresenta a desvinculação do ensino técnico do ensino médio para “integrar-se” às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Aprofundando a divisão, em 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso aprovou o Decreto nº 2.208/97 ratificando a separação do ensino médio do ensino técnico profissionalizante, materializando uma política profissional técnica separada da educação básica, propiciando uma formação de natureza precária e aligeirada, em sistemas paralelos públicos e privados.

O mencionado Decreto resultou de uma política de educação profissional que articulava ações do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, com foco na demanda do mercado, orientado por organismos internacionais, como o Banco Mundial, e por outros órgãos governamentais.

²³ FERRETTI, Celso João. Formação Profissional e Reforma do Ensino Técnico no Brasil: Anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XVIII, nº 61, p.225-269, agosto/1997.

²⁴ MACHADO, L.R.S. Educação básica, empregabilidade e competência. Caxambu, 1996 (mimeo.) [Trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da [ANPED]].

Ante esse contexto em que se constata rápidas mudanças e exigências para a aquisi o de competências profissionais, a fim de que os trabalhadores se tornem “aptos para a inser o em setores profissionais nos quais haja utiliza o de tecnologias” (BRASIL, 1996), a educa o tem sido considerada ferramenta indispensável, assumindo um lugar central tanto para o capitalista como para a classe trabalhadora, nesse ponto atingindo um consenso.

Enquanto no governo de FHC a educa o profissional foi relegada em segundo plano, culminando numa reforma que aprofundou a dualidade escolar, no governo Lula, tal política tornou-se principal, culminando na aprova o do Decreto n  5.154, de 23 de julho de 2004, o qual regulamentou o artigo 36 do   2  da LDB 9.394/96, em que estabelece: “o ensino médio, atendida   forma o geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” E os artigos 39 a 42 da LDB 9.394/96 que, conseqüentemente, revogaram o Decreto n  2.208/97 definiram “novas” orienta es para a educa o profissional no país.

Conforme o Decreto 5.154/04, a educa o profissional passou a configurar-se da seguinte forma: a) forma o inicial e continuada de trabalhadores; b) educa o profissional técnica de nível médio; c) educa o profissional tecnológica de gradua o e de p s-gradua o.

A partir da promulga o do Decreto n  5154/2004, pelo governo Lula, a educa o profissional tem contado com diversas iniciativas, entre elas o Programa Nacional de Integra o da Educa o Profissional com a Educa o Básica na Modalidade de Educa o de Jovens e Adultos (Proeja), criado em 2005, com a proposta de integra o da educa o profissional   educa o básica, buscando a supera o da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante; Sistema Rede e-Tec Brasil, criado em 2007, visando   oferta de educa o profissional e tecnológica   distância e com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colabora o entre União, estados, Distrito Federal e municípios ministrados. Participam as institui es da Rede Federal de Educa o Profissional, Científica e Tecnológica, as unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e as institui es de educa o profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2016).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no em 26 de outubro de 2011, com a sanção da Lei nº 12.513/2011, pela Presidenta Dilma Rousseff, tem como objetivo principal “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país” e tem se disseminado nacionalmente como âncora do processo de formação da força de trabalho no país (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011)²⁵. Os destaques do Pronatec são:

- A criação da bolsa-formação que permite a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação. Oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social esses cursos presenciais eram realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI.
- A criação do FIES Técnico.
- A consolidação da Rede e-Tec Brasil.
- O fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado.
- A expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (EPT).

Na próxima seção, discutiremos sobre a expansão da Educação Profissional no Governo Lula e no Governo de Dilma Rousseff, com ênfase no Pronatec.

3.2 A expansão da Educação Profissional e o Pronatec

No governo Lula, a Educação Profissional e Tecnológica se destacaram por meio de ações voltadas à expansão da rede já instituída. Os Institutos Federais (IF's), integrantes da Rede Federal de Educação, foram criados através da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, formados da fusão dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e parte

²⁵ BRASIL. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://PRONATECportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

das escolas técnicas vinculadas às universidades, organizados em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, equiparando-se às universidades federais (BRASIL, MEC, 2011).

Historicamente, a educação profissional brasileira tem seu marco histórico a partir de 1909, deste período até 2002 foram construídas 140 escolas técnicas e, nos últimos sete anos, esse número aumentou para 354 unidades, estando presente em 322 municípios em todo o país. Especificamente no Ceará a rede, composta até 2008 por 4 unidades foi ampliada para 22, em 2011, com proposta de abertura de mais campi até 2014 (BRASIL, MEC, 2011).

As ações e programas criados nos últimos anos contribuíram para o incremento da Rede Federal de Educação Profissional que no período de 2006 a 2010 apresentou 107% de aumento nas matrículas, considerando apenas as ofertas articuladas ao ensino médio e 75% de crescimento no número de estabelecimentos. Se a análise for ampliada, envolvendo todas as redes públicas (federal, estadual e municipal) os resultados demonstram um aumento de 80,97% nas matrículas durante este mesmo período. (SANTOS e RODRIGUES, 2012).

Ressalta-se que entre 2003 e 2014 foram construídas 422 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, somadas às 140 unidades construídas entre 1909 e 2002. Desta data em diante, a Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica; 24 Escolas Técnicas Vinculas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, totalizando 562 *campi* em funcionamento. (BRASIL, 2016).

O IFCE é uma instituição federal de Educação Profissional e tecnológica que atua com a função social de promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais. Consolidado no Ceará pela reconhecida excelência na formação técnica e tecnológica, seus benefícios estendem-se à comunidade sob a forma de cursos e serviços. (IFCE, 2013a).

Sua função primeira é ministrar Educação Profissional, técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (EJA); cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a

especialização e a atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica.

Como parte dos direitos humanos, a Educação Profissional prepara os trabalhadores para ganharem sua própria subsistência e, conseqüentemente, alcançar a dignidade, o autorrespeito e o reconhecimento social como seres produtivos (LIBÂNEO, 2001). Trata-se, pois, de um direito que a instituição elegeu como o principal eixo da política de igualdade que embasa seus princípios.

Nesse sentido, o IFCE compreende que a preparação para o trabalho pressupõe o reconhecimento e o acolhimento de diferentes capacidades e necessidades de aprendizagem; além do levantamento de interesses, trajetórias e projetos de vida, entre outros fatores como sexo, idade, herança étnica e cultural, situação familiar e econômica e pertinência a ambientes sociorregionais próprios de um país muito diverso. (IFCE, 2013a). Para realizar seu projeto educacional, a instituição federal atua em todas as regiões do estado do Ceará e atende cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) estudantes em 29 *campi*, conforme informações constantes na diretoria de ensino.

Dentre os programas e ações voltados para a educação profissional de jovens e adultos no Governo Dilma, destacamos o Pronatec. Este programa se insere num contexto político da necessidade de se intensificar políticas públicas voltadas ao público jovem no Governo de Dilma (2011-2016)²⁶.

Sendo assim, foi anunciada, em 2011, a criação do Pronatec, promulgado por meio da Lei nº 12.513. Esse programa visa à interiorização e à democratização do ensino profissional através do ensino médio técnico presencial e a distância, de cursos e programas de qualificação profissionalizante de curta duração. (BRASIL, 2011).

Por meio do Pronatec, o Governo Federal financiou a oferta de cursos presenciais gratuitos de Educação Profissional e Tecnológica, através da Bolsa Formação do estudante, que abrange cursos técnicos com carga horária, a partir de 800 horas-aula, e a Bolsa Formação do Trabalhador que compreende os cursos de Formação Inicial ou Continuada (FIC) com carga horária a partir de 160 horas-aula. (BRASIL, 2011).

Dentre os objetivos do PRONATEC têm-se

²⁶A despeito da elevação de matrículas nos governos Lula e Dilma, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – IBGE/PNAD (2010) mostra que havia, em 2009, 135 milhões de pessoas com 18 anos ou mais; e destas, 101.247.340 não havia concluído o ensino médio, o que evidencia a necessidade de democratização e oferta de ensino para jovens e adultos. (BRASIL, 2010).

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de Educação Profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2016)

No período de 2011 a 2014, houve mais de 8,1 milhões de matrículas ofertadas por meio do PRONATEC, entre cursos técnicos e de qualificação profissional em mais de 4.300 municípios (BRASIL, 2016). Quando analisamos a realidade do Pronatec, no IFCE, constatamos que esta instituição oferecia 24 cursos técnicos e 14 FIC em 19 *campi*. As áreas de conhecimento dos cursos foram elencadas por meio de estudos nas regiões de atuação da instituição federal. Em 2012, a matrícula foi de 1.950 alunos pelo programa, em 20 municípios. No primeiro semestre de 2013, o número subiu para 2.140 estudantes, sendo 1.245 na modalidade de cursos técnicos e 894 em cursos de curta duração. A primeira turma, com 300 alunos, foi formada em dezembro de 2012. (IFCE, 2003b).

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica, com destaque no aumento do número de matrículas no Pronatec, pode ser explicada como um elemento constituinte do processo integral de formação dos trabalhadores, devendo ser compreendida como uma política pública de nível estratégico. Por outro lado, o vertiginoso aumento de matrículas decorre da necessidade de atender às novas exigências e às competências produtivas e tecnológicas demandadas pela reestruturação produtiva do capital, como forma de ingresso do país no novo modelo de desenvolvimento e transnacionalização das bases produtivas.

Portanto, os programas implantados, especificamente o Pronatec, esbarram no investimento da qualidade de formação, uma vez que propõem como atrativo a oferta de qualificação aos milhões de jovens que estão fora da escola pública e, por conseguinte, fortalece as entidades privadas cuja lógica de educação é a voltada ao mercado e, assim, enfraquecem a formação profissional.

Diante do exposto, podemos considerar que a criação e operacionalização do Pronatec, no que diz respeito ao seu financiamento, estão atreladas ao repasse dos recursos públicos para a rede privada de ensino profissionalizante, consolidando a relação público - privado, historicamente presente nas relações políticas e sociais brasileiras. Portanto, no

Governo de Dilma, o Pronatec configurou-se como um montante de orçamento destinado à expansão da educação profissional, cujos recursos foram destinados para a rede pública de educação profissional em nível estadual e federal, bem como para a rede privada de ensino profissional (sistema “s”), sendo os recursos bastante significativos.

A proposta do Pronatec, no discurso oficial, em 2016, para as instituições ofertantes, é que estas estruturassem seus cursos profissionalizantes por meio de itinerários formativos. A integração entre os itinerários formativos e o reconhecimento de saberes traria mais “flexibilidade” para o estudante e aumentaria a atratividade da Educação Profissional, possibilitando ao jovem e trabalhador iniciar sua formação num curso de qualificação profissional e avançar até a conclusão de um curso profissional de nível superior (BRASIL, 2016).

Tal discurso reforça um modelo de qualificação pautado nas competências, uma vez que, há a exigência, pelo mercado de trabalho, de jovens com conhecimento técnico capaz de se adaptar à flexibilidade do modelo de trabalho, ou seja, jovens que estejam em constante atualização, para tanto, buscam se inserir em cursos de menor duração dos que o de nível superior, tendo como um dos principais atrativos a possibilidade deles escolherem os itinerários formativos (exemplificando os cursos FIC, previsto no Pronatec). Contudo, há uma maior valorização em adquirir conhecimentos técnicos, como um fim em si mesmo, voltado para o exercício profissional, desvalorizando, assim, a formação integral.

Embora tenha nas diretrizes do Pronatec a ampliação de vagas na educação profissional, não podemos deixar de registrar seu viés mercadológico, tendo em vista a utilização de transferências e facilitações de recursos públicos para a rede privada. Outra crítica se refere à forma de realização, justamente por ter curto período de tempo, em comparação a outros cursos, e, também por ser voltado estritamente “às necessidades econômicas do país”, bem como à força de trabalho, tendo em vista que não dá prioridade à qualidade e à integralidade na formação profissional

Portanto, o Governo Federal, via Pronatec, ao contrair parceria com a iniciativa privada, em detrimento do fortalecimento de uma educação profissional pública, com enfoque na formação integral, enfraqueceu as dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia em sua unicidade, ou seja, enquanto eixo integrador dos conhecimentos, referenciando a educação apenas para as necessidades do mercado.

4 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O PERFIL PROFISSIONAL DOS CURSOS DO PRONATEC: FORMAÇÃO PELO MODELO DE COMPETÊNCIAS

Neste capítulo, analisaremos o tipo de qualificação prevista na matriz curricular dos cursos técnicos em Mecânica, Segurança do Trabalho e Guia Turismo, com enfoque na discussão sobre o redimensionamento da qualificação pelo modelo de competências no contexto de mudanças no mundo do trabalho.

Para tanto, utilizamos como subsídio teórico o pensamento de autores como Kober (2004), Ramos (2002), Manfredi (1999), Paiva (1999), Kuenzer (1985), de modo a garantir uma análise do material de pesquisa sob uma perspectiva crítica.

A análise deste capítulo tem como referencial o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do Pronatec, que foi elaborado com o propósito de orientar as instituições de ensino na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) existente. Portanto, tal documento apresenta um panorama sobre como cada curso poderá ser ofertado nas instituições, bem como as possibilidades de temas a serem abordados durante a formação, possibilidades de atuação e a infraestrutura recomendada.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)²⁷ é um instrumento que disciplina a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. É um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. A proposta de catálogo foi construída em regime de colaboração como sistemas de ensino, instituições de Educação Profissional e tecnológica, Ministérios e órgãos relacionados ao exercício profissional. Foi, também, submetida à apreciação do Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica/ CONPEP. (BRASIL, 2016).

Os cursos técnicos do Pronatec analisados nesta pesquisa (Mecânica, Segurança do Trabalho e Guia Turismo) estão previstos no catálogo supramencionado, sendo criados

²⁷ O CNCT, instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, é atualizado periodicamente para contemplar novas demandas socioeducacionais. Este documento contém as denominações dos cursos, em treze eixos tecnológicos; respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo. Esta edição é resultado de um processo participativo, com início em 2012, realizado a partir da análise de proposições apresentadas pela sociedade.

de modo a se adequarem às demandas do mundo do trabalho e estruturados para atender às exigências que o mercado busca nos profissionais, no tocante às habilidades e competências desenvolvidas possibilitando a inserção, bem como a capacidade de se integrar ao contexto da economia globalizada. (KUENZER, 2001).

4.1 O tipo de qualificação profissional viabilizada pelos cursos

A Educação Profissional e Tecnológica se consolidou, nos últimos anos, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na área da educação, sendo composta por um conjunto de ações e programas, desde a reformulação das Escolas Técnicas e Centros Tecnológicos até a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ademais, a Educação Profissional e Tecnológica é parte do processo integral de formação dos trabalhadores, portanto, deve ser compreendida como uma política pública e estratégica.

Contudo, no contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho, a educação profissional brasileira passa a ter destaque no cenário nacional, mais especificamente nos governos de Lula e Dilma, na perspectiva de ofertar ações e programas voltados à formação/qualificação de trabalhadores. Destacamos neste trabalho o Pronatec, ofertado pelo IFCE, com destaque nos cursos técnicos em Mecânica, Segurança do Trabalho e Guia de Turismo.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que esses cursos estão inseridos num contexto de profundas mudanças no perfil profissional, sendo demandada uma formação mais flexível e que, por sua vez, esteja mais adequada à reestruturação produtiva, pautada na polivalência dos trabalhadores. Portanto, é de responsabilidade das instituições de educação profissional a oferta de cursos, cuja proposta é qualificar a força de trabalho para o mercado de trabalho, muitas vezes, de maneira rápida, técnica e específica.

De acordo com Frigotto (1989, p. 44), a sociabilidade do capital defende que,[...] “o indivíduo é produto de suas próprias capacidades de produção, chamando-se de investimento humano o fluxo de despesas que ele deve efetuar ou que o Estado efetua por ele em educação (treinamento) para aumentar a sua produtividade” [...].Esse tipo de pensamento, propagado no âmbito das políticas de educação profissional, se aproxima da ideologia meritocrática, que parte da necessidade do desenvolvimento pessoal, ou seja,

ocorre uma transferência de valores da classe dominante para a classe trabalhadora, transportando a ideologia de que o mérito pessoal, as capacidades individuais, aplicadas ao esforço contínuo sistemático, adquiridos através da formação educacional, serão capazes de render ao assalariado alguma vantagem pecuniária, levando-o a uma condição social superior.

Rossi (1978, p. 20-21) afirma

[...] a um nível individual o trabalhador é levado a acreditar que a escola é a via do seu acesso às classes dominantes. Essa crença pressupõe que ele tenha aceito os valores veiculados e disseminados na sociedade capitalista, através de todos os meios disponíveis: a escola, os meios de comunicação de massa, as artes etc.

Por ser falha em seus argumentos, essa teoria tem gerado muitas críticas, uma vez que, por mais que o trabalhador detenha o *know-how* (saber fazer), este não se torna um capitalista, pois não possui os meios de produção, o máximo que pode fazer é vender melhor sua força para o capitalista propriamente dito (aquele que detém os meios de produção).

Contudo, diante das necessidades de subsistência e do mercado de trabalho cuja concorrência é brutal, o proletário perde o poder de barganhar o preço pago por sua força de trabalho, pela remuneração auferida. A capacidade do trabalhador de contribuir no processo produtivo, em sua forma técnica e organizacional, sempre exigirá mais especialização, será sempre sub-remunerada, pois quanto mais produtiva for maior será a mais-valia.

Com efeito, o avanço do capital sobre o trajeto de formação seguido pelo ensino profissionalizante não é desmotivado. É nesse processo de formação dos trabalhadores que aquele encontrou mais um canal para se reproduzir. Neste ponto, não somente aumentando a capacidade produtiva, mas, fundamentalmente, conquistando ideologicamente o proletariado.

Considerando o cenário supramencionado, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) desta pesquisa teve como base de análise os seguintes conceitos teóricos: qualificação, formação pelo modelo de competência e empregabilidade. Portanto, analisamos o conteúdo desse material, partindo de uma perspectiva crítica sobre a formação viabilizada pelo Pronatec, no IFCE. A seguir, uma análise individualizada de cada curso técnico, tomando como parâmetro de análise o seu PPC.

4.1.1 Curso Técnico em Segurança do Trabalho

O eixo tecnológico do curso de Segurança do trabalho compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho.

De acordo com o Catálogo Nacional, a carga horária do curso compreende 1.200 horas/aula. O aluno será apto a atuar em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais, de acordo com normas regulamentadoras, e princípios de higiene e saúde do trabalho. Enumeramos, a seguir, as atribuições e competências desenvolvidas pelo técnico em segurança do trabalho: 1) Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho; orientar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC); 2) Coletar e organizar informações de saúde e de segurança no trabalho; 3) Executar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); 4) Investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle. (BRASIL, 2015).

Conforme o figura abaixo, o catálogo nacional determina o panorama do curso técnico em segurança do trabalho, de modo a orientar as instituições a ofertar o referido curso, com destaque nas especificações elencadas a seguir:

Figura 1 - Panorama de oferta do curso Técnico em Segurança no Trabalho

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Legislação ➤ Sistema de segurança e saúde no trabalho ➤ Prevenção e controle de riscos ➤ Tecnologias de prevenção e combate a incêndio e suporte emergencial à vida ➤ Meio ambiente e qualidade de vida ➤ Ergonomia ➤ Desenho técnico ➤ Doenças ocupacionais 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instituições públicas e privadas ➤ Fabricantes e representantes de equipamentos de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Biblioteca com acervo específico e atualizado ➤ Laboratório de informática com programas específicos ➤ Laboratório de combate a incêndio ➤ Laboratório de higiene e segurança do trabalho ➤ Laboratório de suporte básico à vida

Fonte: BRASIL, 2016. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho oferecido pelo IFCE está organizado no seu PPC por semestres, compostos por 7 disciplinas, nos primeiro e segundo

semestres, e 8 disciplinas, no terceiro semestre, com estrutura flexível, conforme determina a Portaria nº 30, de 21 de março de 2000, da SEMTEC/MEC. A proposta curricular apresentada foi elaborada a partir das funções: proteção, prevenção, inspeção e supervisão e suas respectivas subfunções; competências e habilidades adquiridas/desenvolvidas, para, posteriormente, serem selecionadas as bases tecnológicas, que têm como referência a estruturação do setor produtivo e os indicadores de tendências do mercado.

O PPC do curso Segurança do Trabalho expressa a importância de se viabilizar uma formação ao trabalhador, visando à formação de um perfil profissional que atenda ao mercado de trabalho e garanta condições de empregabilidade. Podemos visualizar tal constatação no seguinte trecho:

[...] A tecnologia e as informações se multiplicam em ritmo cada vez mais intenso levando à constante evolução na sociedade. Dentro deste contexto é perceptível que o setor industrial necessita urgentemente de profissionais com mais competência, habilidade e capaz de acompanhar as mudanças nos sistemas de produção e gestão. Objetivando a formação de um profissional com flexibilidade de raciocínio, pensamento crítico, capacidade de adaptar-se ao processo produtivo, autonomia intelectual; empreendedor; com domínio do saber tecnológico e de geração do conhecimento no campo profissional. Para isso é necessário que escola repense o papel de ciência e tecnologia, bem como o seu ensino para garantir com êxito a empregabilidade de seus alunos e atender a demanda do mercado [...] (BRASIL, 2012, p. 6).

O trecho acima trouxe uma perspectiva de formação que se aproxima do modelo de competência, uma vez que prima pelo desenvolvimento de habilidades e competências de natureza psicossocial. Segundo Paiva (1999), a nova racionalização e a crise de assalariamento levou a contestação de qualificação, este vinculado à escolarização e ao trabalho assalariado, a qual garantiria status social e profissional, inscrito nos salários e no respeito simbólico às carreiras de longa duração. Contudo, alguns estudiosos, como Ramos (2002), consideram que a noção de qualificação tende a ser substituída pela competência.

O conceito de competência é o mais adequado ao novo ângulo, a partir do qual é entendida a empregabilidade. Enquanto a qualificação está vinculada às instituições formais e da experiência adquirida, a competência valoriza aspectos pessoais e disposições subjetivas, englobando não somente aspectos técnicos, mas, também, a socialização.

É importante frisar que a autora supramencionada não considera que a competência tenha um sentido mais restrito que a qualificação, mas que aquela atende de forma mais adequada às necessidades do capital. São valorizadas as virtudes pessoais, o capital cultura e social dos indivíduos.

Sendo assim, quando o PCC do curso de Segurança do Trabalho prevê a necessidade de formação de “um profissional com flexibilidade de raciocínio, pensamento crítico, capacidade de adaptar-se ao processo produtivo, autonomia intelectual; empreendedor; com domínio do saber tecnológico e de geração do conhecimento no campo profissional” (BRASIL, 2012, p. 6), está na realidade em sintonia com as novas tendências de formação pautadas no modelo de competências em um contexto de flexibilização do trabalho).

Para o alcance de um perfil profissional que atenda as demandas das mudanças no mundo do trabalho, marcado pela flexibilidade e polivalência dos trabalhadores, o documento do curso de Segurança do Trabalho prevê a oferta de uma matriz curricular pautada no modelo de competências, de modo a garantir possibilidades de “construção de caminhos formativos individuais” (BRASIL, 2012, p.6). Tal matriz segue um conjunto de objetivos do curso supramencionado, com destaque

aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Segurança do Trabalho; Desenvolvimento de habilidades de interpretação, de análise, de iniciativa e de comunicação e relacionamento interpessoal (BRASIL, 2012, p. 7).

Portanto, consideramos que os objetivos do curso estão em consonância com o perfil profissional exigido pelas novas tendências organizacionais e produtivas. No PPC os objetivos do curso são

- Aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Segurança do Trabalho;
- Compreensão da legislação e normas técnicas relativas à Segurança e Saúde do Trabalhador;
- Aquisição da capacidade de manusear adequadamente os equipamentos de segurança individuais e coletivos usados na indústria, construção civil, comércio, serviços, bem como, o manuseio adequado dos equipamentos de medição de riscos ambientais;
- Desenvolvimento de habilidades de interpretação, de análise, de iniciativa e de comunicação e relacionamento interpessoal. (BRASIL, 2012, p. 7).

A análise dos objetivos supramencionados deve ser analisada levando-se em consideração as demandas provenientes das mudanças no mundo do trabalho. As mudanças na economia, na produção, nas relações políticas e sociais interferem diretamente no perfil do trabalhador. A utilização de inovações tecnológicas nas indústrias e no comércio e a criação de mais postos de trabalho demanda uma constante qualificação da força de trabalho. Enquanto o modelo fordista organizava-se com uma força de trabalho especializada/mecanicista que produzia mercadoria padronizada, exigindo do trabalhador

apenas o conhecimento específico da função desempenhada, no sistema de produção advindo da reestruturação produtiva é exigido um profissional capaz de se adaptar às relações de trabalho flexíveis e que realize mais de uma atividade, que pense e execute uma atividade durante o processo produtivo.

Portanto, a formação pautada no modelo de competências enfraquece a perspectiva de formação humana, uma vez que está atrelada à concepção de sociedade, esta relacionada a um direito básico de todo cidadão. Enquanto o modelo de competências, segundo Ramos (2002), prima pelo conhecimento tácito dos trabalhadores, com enfoque na capacidade de desenvolvimento de atribuições voltadas para o trabalho em equipe, liderança, iniciativa, domínio em línguas estrangeiras, entre outras atribuições de natureza psicossocial.

Sendo assim, quando retomamos os objetivos já mencionados, constatamos que no PPC do curso de Segurança do Trabalho um dos objetivos prevê, por exemplo, “aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Segurança do Trabalho”, logo, constatamos que tais competências se referem à aquisição de conhecimentos técnicos voltados para o conhecimento de aspectos voltados para a legislação e capacidade “de manusear adequadamente os equipamentos de segurança”.

Sobre as competências e habilidades específicas do Técnico em Segurança do Trabalho, previsto no PPC, estas tiveram como referência as funções e subfunções profissionais, tal como podemos visualizar no seguinte trecho:

[...] A proposta curricular apresentada foi elaborada a partir das funções: Proteção e Prevenção e Inspeção e Supervisão e suas respectivas subfunções, para as quais foram formuladas Competências, Habilidades a serem adquiridas/desenvolvidas e a partir de tal, selecionadas Bases Tecnológicas, tendo como referência a estruturação do setor produtivo e os indicadores de tendências do mercado [...]. (BRASIL, 2012, p. 6)

O perfil profissional do futuro Técnico em Segurança do Trabalho foi traçado de acordo com competências definidas com o intuito de o profissional aplicar seus conhecimentos de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução do setor, tal como podemos visualizar nas competências previstas do PPC

- Conhecer os fundamentos de prevenção à saúde;
- Identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença;
- Conhecer normas de biossegurança;

- Conhecer princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental;
- Avaliar os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de Prevenção de acidentes de trabalho;
- Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;
- Reconhecer fatores de riscos ambientais;
- Identificar doenças relacionadas à ambientes e processos de trabalho;
- Desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador;
- Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- Reconhecer o tipo de socorro em caso de emergência;
- Identificar a necessidade de sinalização nos ambientes de trabalho;
- Reconhecer a importância do uso de equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Analisar e estabelecer critérios para a escolha de equipamentos de proteção individual;
- Conhecer a organização e funcionamento da CIPA, CPATP e SESSTP;
- Identificar medidas de segurança no armazenamento. Transporte e manuseio de produtos, cargas e equipamentos;
- Interpretar plantas, desenhos e croquis;
- Identificar e avaliar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos;
- Registrar ocorrências e serviços prestados de acordo com as exigências do campo de atuação;
- Coletar e organizar dados relativos ao campo de atuação;
- Identificar funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho;
- Conhecer os Planos de Controle de Emergência e de Ajuda Mútua. (Grifos nossos. BRASIL, 2012, p. 9)

Tais competências delineiam um perfil profissional com atitudes resultantes de vertentes pautadas na ética profissional, na sustentabilidade, na iniciativa empreendedora, na responsabilidade social e no domínio do saber-conviver. Ademais, desenvolver habilidades de comunicação e trabalho em equipe, sendo capaz de se autoliderar a ponto de fazer parte dos grandes desafios que as empresas enfrentam.

Diante do exposto, consideramos que as competências definidas para o alcance do perfil profissional previsto no documento é construído mediante o repasse de conhecimentos de natureza mais técnica do que humana, reforçando uma perspectiva de formação técnica, a qual se aproxima de uma concepção de qualificação experimental (PAIVA, 1999). Tal perspectiva se aproxima de um modelo de competência, se distanciando de uma formação humana.

Portanto, a qualificação a ser alcançada com o curso tende a se aproximar de uma qualificação experimental, em detrimento de uma qualificação que leva em consideração as relações sociais inerentes à sociedade capitalista e ao regime de produção flexível.

A perspectiva mais técnica de qualificação delineada através da matriz curricular do curso em análise, prevista no PPC, está exemplificada, a seguir, na Tabela 1:

Tabela 1 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho

SEMESTRE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Português Instrumental	40
	Estatística Aplicada	40
	Desenho Técnico	40
	Legislação e Normas Técnicas e SMS	80
	Combate e Prevenção a Sinistros e Áreas Classificadas	80
	Segurança do Trabalho	80
	Medicina do Trabalho	40
	Total	400h
2	Segurança na Indústria	40
	Segurança Portuária e Aquaviária	40
	Segurança na Eletrotécnica	80
	Segurança Rural	80
	Segurança na Construção Civil	80
	Relações Humanas e Técnicas de Treinamento	40
	Gestão e Sistemas de Qualidade	40
	Total	400h
3	Máquinas e Equipamentos	40
	Segurança na Construção Naval	40
	Inspeção de Risco	80
	Segurança no Transporte	40
	Laudos Periciais	80
	Ergonomia	40
	Gestão Ambiental	40
	Segurança na Área Petroquímica	40
	Total	400h
Total das Disciplinas		1200h
Estágio Profissional – Opcional		200h
Total Geral		1400h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE campus Fortaleza (2012).

O curso tem duração de um ano e meio com carga horária de 1.400 horas, distribuídas em três semestres, os quais abordam conteúdos direcionados para uma qualificação conceitual (voltada para o acúmulo de conhecimentos teóricos, viabilizados pela instituição escolar) e experimental (voltado para os conhecimentos adquiridos na experiência profissional). Portanto, há uma valorização na formação de um perfil profissional que atenda às demandas do mercado de trabalho.

Ressaltamos que dentre as vinte e duas disciplinas constituintes da matriz curricular, destacamos a disciplina “Relações humanas e técnicas de treinamento”, cujas competências e habilidades (descritas na imagem a seguir) estão em sintonia com a formação pautada no modelo de competências, uma vez que há uma valorização na aquisição de conhecimentos de natureza psicossocial e socioafetiva, ou seja, pautadas no “saber ser”.

A Figura 2 ilustra as competências, habilidades e o programa de conteúdo da disciplina:

Figura 2 - Distribuição da disciplina por função

FUNÇÃO 2: INSPEÇÃO E SUPERVISÃO		
SUBFUNÇÃO 2.2: PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS		
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	BASES INSTRUMENTAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer mecanismos de comunicação interpessoal. - Demonstrar liderança nas diversas situações que requeira tomada de decisões. - Inspeccionar equipes de trabalho. - Ter postura ética e profissional adequada à função. - Avaliar e especificar necessidades de treinamento e de suporte técnico. - Conhecer e avaliar técnicas para a correta aplicação em treinamentos - Elaborar projetos para treinamento. - Utilizar metodologia pedagógica na elaboração de um projeto de treinamento em todas as suas etapas. - Conhecer e selecionar recursos audiovisuais necessários ao treinamento. - Selecionar métodos de avaliação. - Desenvolver a capacidade de organização, comunicação oral e de interação necessária ao desempenho da função. - Elaborar relatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solucionar conflitos interpessoais. - Aplicar as técnicas e princípios para uma boa convivência no trabalho. - Exercer liderança no trabalho em equipe. - Demonstrar os requisitos comportamentais de ordem física, intelectual e de personalidade. - Aplicar treinamentos teóricos e práticos. - Executar o Projeto de Treinamento. - Utilizar métodos e técnicas de comunicação que estimulem o raciocínio, a experimentação, a cooperação e a solução de problemas. - Utilizar adequadamente os recursos audiovisuais. - Aplicar recursos expressivos das diferentes linguagens de acordo com as condições do receptor. - Redigir relatórios. 	RELAÇÕES HUMANAS E TÉCNICAS DE TREINAMENTO (40 h/a) <ul style="list-style-type: none"> - Pessoa Humana: <ul style="list-style-type: none"> • Características bio-psico-sociais • Personalidade - Processos básicos de comportamento: <ul style="list-style-type: none"> • Emoção • Motivação • Aprendizagem • O indivíduo e o grupo - Comportamento nas organizações <ul style="list-style-type: none"> • Grupos de trabalho • Liderança • Comunicação no trabalho • Satisfação no trabalho - Papel e requisitos de aptidão do técnico de Segurança do Trabalho na educação preventionista. - Etapas do processo de aprendizagem. - Planejamento: <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da clientela. • Objetivos. • Seleção e organização dos conteúdos. • Métodos, técnicos e recursos didáticos. • Estratégias de avaliação. • Uso dos recursos audiovisuais.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE campus Fortaleza (2012).

Partindo da análise do documento, podemos considerar que o perfil profissional esperado está em consonância com uma formação pautada no modelo de competências. Uma vez que tal formação prioriza o desenvolvimento de atributos e competências subjetivas, exemplificando a capacidade de trabalhar em situações imprevisíveis, saber trabalhar em grupo num contexto da multifuncionalidade e polivalência.

Desta forma, a multifuncionalidade está em sintonia com as novas tendências produtivas, de modo a atender as exigências do mercado de trabalho. Nesse contexto, as instituições educacionais que ofertam cursos técnicos tendem a oferecer uma gama de

conteúdos de natureza técnica e eficaz na tomadas de resoluções que o próprio ambiente de trabalho exige.

Kober (2004) considera que “currículos, atividades e conteúdos são iluminados pela luz vinda do mercado e só ganham legitimidade se validados por ele”. Fundamentado em um novo paradigma de organização curricular por competências, no qual a variável flexibilidade permitirá não somente um currículo que atenda às demandas sociais atuais, às tendências do mercado, às exigências do setor produtivo, como também a possibilidade de construção de caminhos formativos individuais.

[...] Nesse sentido, a organização curricular agrega competências profissionais com novas tecnologias, de forma que o profissional venha a enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade, atendendo às necessidades de um mercado cada vez mais competitivo que demanda profissionais multifuncionais (BRASIL, 2012, p. 6)

Consideramos, pois, que ao viabilizar uma formação pautada nas competências as instituições tendem a reforçar o contexto social pautado nas desigualdades e exploração da força de trabalho, inerentes ao modo de produção capitalista. Ao fazer uma análise crítica acerca do modo de produção capitalista, percebemos o mecanismo estrutural e identificamos as principais contradições internas desse sistema. Tais contradições velam a fonte de lucro do capital obtido através da exploração sobre o proletário, na medida em que as forças produtivas se desenvolvem a expropriação é intensificada, bem como o processo de alienação da produção.

De acordo com Schultz (1973), os trabalhadores vêm incorporando a ideologia capitalista, no sentido de que têm adquirido conhecimentos e habilidades que representam valor econômico para si e agregam valor de troca em sua força de trabalho. Essas habilidades podem ser adquiridas através da educação, entretanto não exclusivamente da educação escolar, mas também de treinamentos técnicos.

Marx (2013) define o conceito de capital humano como sendo um conjunto de práticas e condições, desenvolvidas ou adquiridas pelo trabalhador para aumentar sua produtividade, isto é, através do aperfeiçoamento de suas habilidades, podendo ser por meio da educação formal ou por mero treinamento/adestramento. Assim, quanto maior conhecimento e habilidades o trabalhador possuir, maior o capital humano, contudo ele mesmo não será um capitalista, pois esse trabalho não o compete, mas de quem comprar sua força de trabalho.

Segundo Marx (2013), o conceito de capital é elástico e heterogêneo, esse pode ser compreendido como “um valor que se acresce de mais-valia”, ou seja, pode ser definido como um investimento que produz uma renda futura. Isso decorre da aquisição de novos saberes que visam aumentar a capacidade produtiva do trabalhador ou tornar sua força de trabalho mais atrativa e valorizada no mercado. Esse processo se configura como um investimento na capacidade futura de ganhar.

A teoria do capital humano alarga o conceito de capital e enaltece a individualidade, defendendo a ideia de ascensão social, não levando em consideração as bases materiais da existência do homem, nem muito menos reconhece a luta de classes. Isto significa que por mais que o indivíduo nascido em uma classe menos privilegiada da sociedade estude, adquira novos conhecimentos e habilidades, ele nunca terá a mesma oportunidade daquele que já nasceu em uma classe privilegiada, como o filho de um empresário que vai estar em um posto mais elevado dos meios de produção, independente ou não do desenvolvimento de suas competências.

4.1.2 Curso Técnico em Guia de Turismo

De acordo com o Catálogo Nacional (2016), o curso Técnico em Guia de Turismo está inserido no eixo tecnológico de turismo, hospitalidade e lazer, juntamente com o curso Técnico em Agenciamento de Viagem, Técnico em Cozinha, Técnico em Eventos, Técnico em Hospedagem, Técnico em Lazer e Técnico em Restaurante e Bar. O curso abrange planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. (BRASIL, 2016).

Conforme o quadro abaixo, o Catálogo Nacional determina o panorama do curso Técnico em Guia de Turismo, de modo a orientar as instituições a ofertar o referido curso, com destaque nas especificações elencadas a seguir:

Figura 3 - Panorama de oferta do curso Técnico em Guia de Turismo

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Geografia ➤ Cartografia ➤ Legislação ➤ História e museologia ➤ Sistemas de informação ➤ Artes e cultura ➤ Transporte e hospedagem ➤ Guiamento no contexto regional e nacional 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agências de viagem e operadoras ➤ Organismos turísticos públicos ou privados e de forma autônoma 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Biblioteca com acervo específico e atualizado ➤ Laboratório de informática com programas específicos ➤ Equipamentos de localização e comunicação ➤ Laboratório didático: agências de viagem e operadoras de turismo ➤ Mapoteca ➤ Meio de transporte para a prática profissional

Fonte: BRASIL, 2016. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

O curso técnico em guia de turismo possui carga horária de 680 horas distribuídas em disciplinas que subsidiam a formação profissional e de 120 horas de práticas de guiamento, perfazendo uma carga horária total de 800 horas-aula. Os objetivos do curso são:

- Organizar e executar roteiros;
- Conduzir grupos em destinos turísticos;
- Apropriar-se de conhecimentos teórico-práticos, adequados às inovações tecnológicas e prospecção mercadológica;
- Propagar a identidade cultural e uso do meio ambiente com sensibilidade, profissionalismo, ética e autonomia;
- Realizar atendimento de qualidade satisfatória na área do turismo. (BRASIL, 2012. p.11)

Quanto ao panorama geral do curso mencionado, podemos visualizá-lo na figura acima. Constatamos que o curso aborda temas relacionados à geografia, história e artes, articulados à necessidade de oferta em infraestrutura para subsidiar os conhecimentos mais propedêuticos, tais como equipamentos de localização e comunicação, estes estão relacionados à geografia e a cartografia, por exemplo. Contudo, no PPC do curso supramencionado verificamos que a criação deste se deu para atender as demandas do mercado turístico.

Tendo em vista as demandas do mercado de trabalho, o perfil profissional do técnico em Guia de Turismo deverá apresentar habilidades básicas, gerais e específicas da área, que permitam ao profissional compreender o processo de produção, prestação de

serviços, visando acompanhar as transformações e as mudanças do mundo do trabalho. Para tanto, deverá ter desenvolvido as seguintes competências e habilidades:

- Interpretar mapas e guias turísticos;
- Desenvolver atividades profissionais, demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza;
- Demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais;
- Desenvolver procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho, em ambientes urbanos e rurais;
- Desenvolver com destreza a atividade de guia de turismo regional;
- Operacionalizar roteiros turísticos;
- Conhecer e identificar a história, geografia e cultura regional;
- Prestar primeiros socorros;
- Comunicar-se de forma clara e cordata com os turistas;
- Compreender e comunicar-se em mais de um idioma;
- Orientar turistas quanto à documentação, procedimentos de embarque/desembarque nos meios de transporte e nas visitas turísticas;
- Conhecer e aplicar a legislação turística;
- Conhecer e aplicar técnicas para a prática do guiamento. (BRASIL, 2012. p.13)

Sendo assim, a oferta do curso, no seu PPC, justifica-se por ser uma atividade lucrativa e geradora de empregos, tendo em vista que no Brasil o fluxo turístico cresce 10% em média ao ano desde 1995. Como o Ceará é um dos estados nordestinos que se destaca na procura pelo mercado doméstico e também internacional, Fortaleza teve um crescimento de 12,4% no número de desembarques no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em 2011, em relação a 2010, segundo levantamento da Infraero. O crescimento foi o maior da região Nordeste, ficando à frente das outras capitais nordestinas (BRASIL, 2012). De acordo com o PPC, o Estado apresentou, em outubro de 2009, o primeiro lugar do Nordeste no número de postos de trabalhos com saldo positivo de 3.669 novos empregos no setor de serviços, local em que a atividade turística está inserida.

Constatamos, também, no PPC o delineamento do papel da educação no processo de garantir uma formação profissional que busque atender as demandas do mercado de trabalho. Nesse contexto, o Ministério do Turismo – Mtur cuida da parte de infraestrutura e logística para os destinos indutores de desenvolvimento regional. O Ministério da Educação – MEC promove junto às instituições de ensino programas, a exemplo do turismo, que possam estimular a capacitação e profissionalizar jovens e adultos promovendo a inclusão social, acesso à educação e ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, alguns estudiosos, como Paiva (1999), consideram que a educação passa a dispor de papel fundamental na qualificação de trabalhadores num

contexto de flexibilidade do trabalho, tendo em vista a demanda e o redimensionamento ao tipo de qualificação ofertada. Portanto, a relação entre educação e mundo do trabalho teria se tornado mais complexa, mais contraditória, uma vez que há redefinição das qualificações reais, de modo a atender as exigências de conhecimentos, destrezas e habilidades cada vez mais conceituais e abstratas, tornando a qualificação fordista ultrapassada.

Desta forma, as reformas educacionais no âmbito da educação profissional, sobretudo dos anos de 1990, viabilizaram a reforma curricular caracterizada pela flexibilidade, pela interdisciplinaridade, pela transmissão de uma visão globalizante dos processos tecnológicos, repercutindo na requalificação da força de trabalho de natureza geral.

Tal proposta curricular propõe não apenas a introdução dos computadores na escola, mas a introdução de um novo modelo operacional do saber, enfatizando a abstração e a apropriação de mecanismos lógicos (PAIVA, 1999).

Seguindo essa lógica, o IFCE, campus Fortaleza, além de ofertar de forma regular o Curso Técnico de Guia de Turismo com Habilitação Nacional e Regional, e os cursos superiores: Bacharel em Turismo; Tecnologia em Hotelaria e Gestão Desportiva e de Lazer, oferta dentro da demanda do PRONATEC, o curso Técnico de Guia de Turismo com Habilitação em Guia de Turismo Regional no Ceará. O PPC defende que o IFCE, Campus Fortaleza, não poderia ficar à margem deste momento histórico na preparação desses jovens, tendo em vista a demanda do mercado, bem como o aspecto socioeducativo. O Instituto é o único a ter a oferta público-gratuita para essa formação, apoiando, assim, a iniciativa do governo federal em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC, através do PRONATEC. (BRASIL, 2012).

Desta forma, o curso técnico em guia de turismo, se torna atrativo em virtude da curta duração, em comparação aos cursos superiores, tais como Bacharel em Turismo; Tecnologia em Hotelaria e Gestão Desportiva e de Lazer. Sendo assim, há a tendência, segundo Ramos (2002), de aproximação da educação aos processos de globalização da economia, acarretando na criação de novos códigos no processo de conhecimento. Para tanto, a educação, muitas vezes, busca ofertar cursos de curta duração porque os resultados são mais rápidos, comprometendo uma formação integral, ao mesmo tempo em que reforça uma formação pautada na noção das competências. Entretanto, “as apropriações apressadas

e limitadas desta noção podem reduzir a educação profissional a práticas voltadas para formações restritas, num triste recuo [...]” (RAMOS, 2002, p. 403).

A materialização dessas tendências no curso técnico em guia de turismo, com duração de um ano, está estruturada em dois semestres, composto por disciplinas com atividades teóricas e práticas (práticas de laboratório, visitas técnicas, aulas de campo, viagens técnicas e trabalhos de campo), visando contribuir para a formação profissional com qualidade, capaz de atender às exigências do mercado de trabalho. Vejamos a matriz curricular do curso abaixo:

Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo

SEMESTRE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Etiqueta e Comportamento Social	40
	História do Ceará	40
	Geografia do Ceará	40
	Cultura Popular	40
	Fundamentos do Turismo	80
	Inglês I	80
	Espanhol Básico	80
	Total	400h
2	Relações Interpessoais	40
	História da Arte no Brasil	80
	Inglês II	40
	Transportes e Meios de Hospedagem	40
	Teoria de Guiamento Regional	40
	Prática de Guiamento Regional	120
	Técnicas de Primeiros Socorros	40
	Total	400
Total Geral		800h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE campus Fortaleza (2012).

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados às seguintes temáticas: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e *marketing*; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; ética profissional.

Tais conhecimentos foram agrupados no PPC de acordo com áreas determinadas (figura 4).

Figura 4 - Áreas de competência e conhecimento que o curso deve ofertar

Área de conhecimento	Objetivo	Disciplinas
Relações Humanas e Sociais	Desenvolver habilidades de interação sócio-cultural com os turistas	Relações Interpessoais; Etiqueta e Comportamento Social
Espaço, História, Cultura e Arte	Conhecer e aplicar a história, cultura e arte nos roteiros turísticos	Cultura Popular; História da Arte no Brasil; História do Ceará; Geografia do Ceará; Fundamentos do Turismo
Guiamento	Aprender e executar as técnicas de guiamento	Teoria e Prática de Guiamento Regional; Transporte e Meios de Hospedagem; Primeiros Socorros
Línguas Estrangeiras	Comunicar-se de forma básica em mais de um idioma	Inglês I e II; Espanhol Básico

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE campus Fortaleza, 2012.

Analisando o quadro supramencionado, verificamos que as disciplinas estão agrupadas por área de conhecimento, sendo algumas destas de natureza mais propedêutica, tais como a área de conhecimento voltado para “o espaço, história, cultura e arte”, que agrega disciplinas como história da arte, geografia do Ceará, cultura popular, fundamentos do turismo, entre outras. Tais disciplinas visam conhecer e aplicar a história, cultura e arte nos roteiros turísticos. O conteúdo a ser ministrado em sala de aula requer do futuro profissional conhecimento dos espaços geográficos, bem como conhecimentos detalhados de acontecimentos históricos e geográficos específicos do Ceará, de modo a executar com eficiência a atividade profissional de guia de turismo. Contudo, estas disciplinas são abordadas individualmente numa carga horária de 40 horas/aula. Este curto espaço de tempo pode comprometer uma formação mais crítica e autônoma destes profissionais.

Ademais, destacamos outra área de conhecimento voltada para uma formação profissional não restrita ao conhecimento teórico, mas que aborda também conhecimentos voltados para as relações interpessoais, visando “desenvolver habilidades de interação sociocultural com os turistas” (BRASIL, 2012, p.17). Aprofundando a análise da ementa

da disciplina: relações interpessoais aplicadas ao guiamento, relacionada à área do conhecimento de relações humanas e sociais, por exemplo, verificamos que os principais temas a serem abordados dizem respeito “a psicologia dos grupos; atitudes; liderança emocional; motivação; comunicação sensitiva, com o objetivo de promover no aluno habilidade de comunicação emocional efetiva na liderança de grupos” (BRASIL, 2012, p.17).

Os conhecimentos delineados nesta disciplina se aproximam de uma formação pautada no saber ser, caracterizada pelo desenvolvimento de capacidades voltadas para o trabalho de liderança e de grupos, além do desenvolvimento da capacidade de lidar com situações imprevisíveis.

Segundo Kober (2004), o modelo de qualificação, em voga, exige do profissional além do saber fazer, pautado nos conhecimentos adquiridos na experiência profissional, a capacidade de pensar, de dominar conhecimentos gerais, relacionados ou não ao seu trabalho (exemplificando as disciplinas de Geografia e História oferecida pelo curso técnico em guia de turismo), ser capaz de interpretar textos, em inglês e espanhol, capacidade de decisão, ter iniciativa e ser capaz de trabalhar em equipe.

Diante do exposto, defendemos o pensamento de Kuenzer (1985) de que no contexto de flexibilização econômica, a qualificação é entendida como um bem conquistado de forma privada (individual) e constituída por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas, habilidades, ou seja, um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo da trajetória escolar e do trabalho encaradas numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural.

Nesse sentido, a formação para o trabalho é definida como “treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessário para o exercício da função”. Esse conhecimento ou formação pode ter sido adquirido, ou por instrução formal ou por treinamento preliminar, em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios (KUENZER, 1985).

Reforçando a perspectiva dos autores supramencionados, no PPC do curso está previsto que o aluno aprenderá a orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação. Aprenderá sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista. Apresentará ao visitante opção de roteiros e itinerários

turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebe-os considerando as expectativas ou necessidades do visitante. Utilizará instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural. (BRASIL, 2012).

Diante do exposto, o que importa do ponto de vista da formação para o trabalho é garantir que os trabalhadores sejam preparados, exclusivamente, para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais. Esta concepção de formação profissional está alicerçada numa concepção comportamental rígida, por meio da qual ensino/aprendizagem das tarefas/habilidades deve-se dar numa sequência lógica, objetiva e operacional, enfatizando os aspectos técnico-operacionais em detrimento de sua fundamentação mais teórica e abrangente.

4.1.3 Curso Técnico em Mecânica

De acordo com o Catálogo Nacional (2016), o curso técnico em Mecânica faz parte do eixo tecnológico de controle e processos industriais, compreendendo tecnologias associadas à infraestrutura e aos processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas. Abrange proposição, instalação, operação, controle, intervenção, manutenção, avaliação e otimização de múltiplas variáveis em processos, contínuos ou discretos.

A organização curricular desse curso, de acordo com o Catálogo Nacional (2016), contempla conhecimentos relacionados às seguintes temáticas: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional. Podemos visualizar o panorama do curso técnico em Mecânica no quadro a seguir:

Figura 5 - Panorama de oferta do curso Técnico em Mecânica

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenho técnico ➤ Projetos mecânicos ➤ Materiais ➤ Medição ➤ Processos de fabricação ➤ Componentes de máquinas ➤ Sistemas hidráulicos e pneumáticos ➤ Comando numérico computadorizado (CNC) ➤ Projeto e manufatura assistidos por computador (CAD/CAM) ➤ Máquinas térmicas ➤ Manutenção e instalação de equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Indústrias ➤ Fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos ➤ Laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa ➤ Prestadoras de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Biblioteca com acervo específico e atualizado ➤ Laboratório de hidráulica e pneumática ➤ Laboratório de máquinas operatrizes ➤ Laboratório de informática com programas específicos ➤ Laboratório de máquinas térmicas e motores ➤ Laboratório de metrologia ➤ Laboratório de processos de fabricação ➤ Laboratórios de ensaios mecânicos e metalográficos

Fonte: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

Analisando o quadro ilustrativo, podemos considerar que o panorama do curso, previsto no Catálogo segue uma estrutura voltada para a qualificação no setor industrial, visando preparar futuros profissionais para atuarem no “chão da fábrica”. De acordo com o PPC, a criação deste curso surge a partir de um cenário econômico propício para preparar força de trabalho qualificada para manter o desenvolvimento industrial do Ceará. Na justificativa do PPC do curso supramencionado, o Ceará “é um grande parque industrial brasileiro, mas, o cearense tem uma baixa qualificação de seus trabalhadores” (BRASIL, 2012, p.7). Assim, é defendido no documento que por conta de o Ceará ser eminentemente importador de máquinas e ter baixa taxa de fabricação não houve a formação de uma geração de técnicos com conhecimento do processo produtivo de bens de capital comprados, fato este que reduz o conhecimento em atividades de manutenção e reparo.

Outra característica importante é o fato de a grande maioria dos equipamentos e máquinas ser de tecnologia avançada na aplicação de fabricação de produtos, a exemplo dos processos de fabricação computadorizados, o que reduziu de forma considerável o acesso ao material traduzido sobre a operação e programação de equipamentos.

Mesmo nesse cenário, o estado do Ceará desponta como novo fabricante utilizador de produtos de alto padrão tecnológico, como aerogeradores e robôs. Além disso, diversas empresas no setor metal-mecânico-elétrico produzem componentes e sistemas em que há a real necessidade de conhecimento técnico tanto para operação quanto para reparo e manutenção. O cenário estadual apresenta crescente aumento da demanda de mão de obra especializada.

A oferta do curso também é justificada pela instalação do Complexo Portuário do Pecém, além da refinaria Premium II, que juntos demanda grande logística para a área. O dito pode ser constatado através do volume cada vez maior do quadro de profissionais para as etapas de desenvolvimento dos mega-campos de petróleo e das refinarias de grande porte, que serão construídas, no Brasil, até o ano de 2017. Além disso, o setor metal mecânico, que tenderá a desenvolver-se de forma indescritível, será o grande demandante da mão de obra mecânica. (BRASIL, 2012).

Tendo em vista o cenário econômico apresentado no PPC do curso técnico em mecânica, consideramos que a demanda por qualificação tende a ser de natureza experimental, podendo acarretar um processo de desqualificação do trabalhador.

Segundo Sales (2012b), a incorporação da ciência e das novas técnicas de gestão da produção e de organização do trabalho, no contexto de flexibilização do trabalho, acarretou um processo de degradação do trabalho. Esse cenário se intensificou, no Brasil, por não acompanhar as mudanças que ocorreram nos países desenvolvidos, consequência direta da dependência do capital transnacional. O resultado foi o acirramento do processo de precarização do trabalho, marcado pela inserção precária de trabalhadores com crescimento do setor de serviços e da terceirização, sobretudo a partir dos anos de 1990.

Portanto, a proposta de qualificação apresentada no PPC do curso de mecânica possui um forte teor técnico e experimental e de curta duração. Sendo assim, o curso Técnico em Mecânica está estruturado em três semestres, organizado por disciplinas com carga horária total de 1200 h/aulas, mais 300 horas de estágio não obrigatório, somando 1500 h/aulas. As disciplinas definidas neste curso são norteadas pelos seguintes objetivos:

- Atuar na elaboração de projetos de produtos e ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos;
- Planejar, aplicar e controlar processos de fabricação, com eficiência dentro dos padrões técnicos de segurança.
- Aplicar técnicas de medição e ensaios e especificar materiais para construção mecânica.
- Operar máquinas e equipamentos de usinagem convencional e acionados por comando numérico.

- Aplicar gestão em manutenção industrial.
- Aplicar técnicas de controles automatizados em sistemas eletro-hidráulico e eletropneumático. (BRASIL, 2012, p.8)

O modelo de qualificação registrada nos objetivos do curso se aproxima da perspectiva de qualificação formal e técnica (sob influência fordista/taylorista). Segundo Manfredi (1999), partir das décadas de 1960 e 1970, muitos pesquisadores e técnicos de planejamento adotaram a concepção de "qualificação formal", empregando-a como um índice de desenvolvimento socioeconômico que abrangia tanto as taxas médias de escolarização da população, como a progressiva extensão do tempo médio de permanência na escola, índices estes que haviam alcançado patamares elevados nas últimas três décadas nos países capitalistas avançados do ocidente e nos países pertencentes ao ex-bloco liderado pela União Soviética (URSS). Tais índices estatísticos - taxas médias de escolarização e duração da escolaridade - foram paulatinamente sendo utilizados como parâmetros internacionais de avaliação e replanejamento das políticas educacionais dos países do terceiro mundo, por parte das agências internacionais de desenvolvimento, nos anos de 1970.

No Brasil, essas tendências influenciaram a educação a partir do enfoque da teoria do capital humano. Portanto, as concepções de qualificação, elaboradas a partir dos enfoques das teorias do capital humano, têm enfoques macroeconômicos que privilegiam dimensões relativas ao desenvolvimento econômico, crescimento e diversificação do mercado formal de trabalho e suas relações com os sistemas de educação escolar (MANFREDI, 1999). Visualizamos este discurso na justificativa do PPC do curso técnico em Mecânica que argumenta a necessidade de qualificar futuros trabalhadores, visando ao desenvolvimento econômico e industrial do Ceará.

Sendo assim, o conjunto de objetivos definidos no PPC do curso, traz um enfoque de qualificação "formal" (MANFREDI, 1999) e/ou conceitual (SCHWARTZ, 1995), pautada na aquisição de conhecimentos adquiridos pelos títulos e diplomas escolares.

Quanto à concepção de qualificação técnica, também prevista nos objetivos do curso técnico em Mecânica, essa concepção de qualificação tem como matriz o modelo "job/skills", definido a partir da posição a ser ocupada no processo de trabalho e previamente estabelecida nas normas organizacionais da empresa, de acordo com a lógica do modelo taylorista/fordista de organização do trabalho (MANFREDI, 1999). Na ótica deste modelo, portanto, a qualificação é relacionada ao posto de trabalho, ou seja, ao

conjunto de conhecimentos técnicos adquiridos no ambiente de trabalho. Podemos exemplificar esses aspectos nos seguintes objetivos do PPC: “planejar, aplicar e controlar processos de fabricação, com eficiência dentro dos padrões técnicos de segurança; e, operar máquinas e equipamentos de usinagem convencional e acionados por comando numérico” (BRASIL, 2012, p.8).

Para o alcance desses objetivos, o PPC do curso prevê que o técnico em mecânica apresente o seguinte perfil, estando apto a desenvolver as seguintes atividades e atribuições:

- Criar, planejar e executar o detalhamento e montagem de projetos mecânicos assistidos por computador;
- Auxiliar em projetos e acompanhar montagens de equipamentos mecânicos;
- Utilizar softwares aplicativos nos projetos;
- Aplicar normas técnicas de qualidade e de segurança;
- Atuar nos processos de fabricação mecânica;
- Selecionar e especificar ferramental para o processo produtivo;
- Trabalhar em equipe;
- Planejar a produção;
- Supervisar equipes de trabalho;
- Empreender e administrar trabalho autônomo. (BRASIL, 2012, p.9)

Analisando o perfil apresentado, constatamos que há exigência de uma qualificação para além do aspecto técnico-operacional, pautado nas tarefas e habilidades representadas nos manuais de rotina de trabalho e de cargos e salários. Há exigência também de conhecimentos de natureza comportamental, aproximando-se da formação pautada no modelo de competências. A noção de competência amplia o conteúdo e os requisitos da qualificação, no que se refere às habilidades e aptidões necessárias para exercer novos tipos de funções ou mesmo para reintegrar-se às situações de trabalho, em função das mudanças técnico-organizativas que estão sendo introduzidas nas empresas tidas como inovadoras (MANFREDI, 1999). Portanto, o perfil profissional, previsto no PPC, como: “utilizar softwares aplicativos nos projetos; trabalhar em equipe; supervisionar equipes de trabalho; empreender e administrar trabalho autônomo” (BRASIL, 2012, p:9), aproxima-se de uma formação pautada nas competências que enfatiza aspectos subjetivos e comportamentais, pautado no saber-ser.

Portanto, identificamos que o conteúdo do PPC do curso supramencionado incorpora a formação de um profissional que detenha conhecimentos técnicos/operacionais, visando suprir as exigências provenientes do processo de trabalho fabril, ao mesmo tempo em que há exigência de incorporação de outros conhecimentos que

os habilite a responder com eficiência e responsabilidade ao regime de produção e organização flexível, que valoriza “[...] a capacidade de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração, de seleção de trato e interpretação de informações; iniciativa para resolução de problemas” (CARDOZO, 2008, p. 170).

Por outro lado, quando analisamos a matriz curricular do curso técnico em estudo constatamos que os conhecimentos repassados mediante a oferta de disciplinas são de caráter eminentemente técnico/operacional, voltados para adestrar os profissionais para o desenvolvimento de atividades inseridas numa rotina sistemática e processual, cuja dinâmica se insere na realidade de algumas indústrias situadas no cenário econômico cearense. Segue quadro expositivo da matriz curricular:

Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecânica

SEMESTRE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1	Higiene e Segurança no Trabalho	40
	Desenho Técnico/Mecânico	80
	Ajustagem Mecânica	40
	Eletricidade e Magnetismo	40
	Material Para Construção Mecânica	80
	Metrologia	40
	Processos de Fabricação	80
	Total	400h
2	Gestão da Qualidade	40
	Resistência dos Materiais	80
	Soldagem	80
	CAD	80
	Usinagem Convencional	120
		Total
3	Usinagem CNC	80
	PCP	40
	Gestão da Manutenção	40
	Manutenção de Maquinas e Equipamentos	80
	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	80
	Comandos Elétricos	80
	Total	400h
Carga Horária das Disciplinas		1200h
Carga Horária Estágio (Opcional)		300h
Carga Horária Total		1500h

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE campus Fortaleza, 2012.

Analisando os dados apresentados, percebemos que as disciplinas possuem nas ementas conhecimentos pautados no saber fazer, atestado pelos títulos e diplomas escolares. Contudo, conhecimentos que se adéquem ao processo flexível de produção e que exigem habilidades e capacidades mais subjetivas e comportamentais, como “trabalhar em equipe e supervisionar equipes de trabalho”, prevista no perfil do PPC do curso técnico, não são abordados nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a proposta de formação prevista no PPC do curso. De acordo com o plano, a educação ofertada pelo curso é de natureza “científico-tecnológico-humanística, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho” (BRASIL, 2012, p.7). Contudo, tais considerações têm contradição com o perfil profissional e com as disciplinas previstas no curso, por exemplo, tendo em vista que consolidam a oferta de qualificação técnico-operacional em detrimento de uma qualificação pautada na dimensão humana e integral.

Diante do exposto, consideramos que os três cursos analisados têm em seus PPC's a predominância de uma qualificação técnica/experimental, de modo a atender as necessidades do mercado de trabalho com enfoque na oferta de conhecimentos, atestados pelos títulos e diplomas escolares. É válido ressaltar que a formação pautada nas competências é intrínseca aos três documentos, sendo materializados, em alguns deles, nas disciplinas teóricas.

Esse tipo de formação/qualificação compromete a consciência crítica dos futuros trabalhadores, uma vez que a própria carga horária de horas aulas é de curto tempo e é voltada para aquisição de conhecimentos operacionais. Acrescido a isso, a própria forma de inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho, muitas vezes marcada pela precarização e baixos salários, mesmo apresentando melhores qualificações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar as concepções de qualificação profissional e formação pelo modelo de competências proposto nos cursos técnicos em guia de turismo, mecânica e segurança do trabalho, ofertados pelo IFCE, campus Fortaleza e vinculados ao Pronatec. Tal discussão se insere no entendimento da sociedade capitalista e no tipo de formação/qualificação viabilizado aos trabalhadores no contexto de mudanças no mundo do trabalho.

Na sociedade capitalista, neoliberal e periférica, como é o caso da sociedade brasileira, a dimensão econômica é considerada a mais importante, logo o que importa é que a economia tenha êxito. A lógica em sociedades neoliberais está pautada na fluidez da economia, logo, se o mercado econômico tem saldo positivo, a sociedade caminha dentro dessa mesma lógica, porém não é desta forma. O correto seria que a centralidade não estivesse na economia, mas, sim, no ser humano. Para a lógica hegemônica atual o papel da educação é formar pessoas que irão se inserir no mercado de trabalho para que este funcione da melhor maneira possível, mantendo a dimensão econômica como central no processo de formação. Desta forma, a prioridade é formar para o mercado de trabalho, formar para atender aos interesses econômicos, formar em razão da dimensão econômica e, assim, continuar tendo a centralidade, tendo em vista que o mercado é considerado um elemento fundamental.

Na perspectiva de responder às demandas do mercado de trabalho flexível a concepção de qualificação foi redimensionada pelo modelo de competências. Desta forma, é exigido um novo perfil de trabalhador, com capacidade de vencer as dificuldades através de iniciativas pessoais e de atividades alternativas, habilidades estas adequadas às exigências do atual sistema de produção flexível. Diante desse cenário, o conceito de qualificação profissional sofre redimensionamento pelo “modelo de competência” (RAMOS, 2002). Tal modelo enfatiza atributos individuais e subjetivos que transcendem o sistema escolar, uma vez que são valorizados os conhecimentos tácitos em detrimento dos prescritos. Desta forma, o trabalhador deve garantir condições de empregabilidade para manter-se no mercado de trabalho. Portanto, a “empregabilidade” está vinculada à noção de competência. Sendo assim, diante do discurso ideológico da empregabilidade é de responsabilidade do trabalhador se qualificar para que, deste modo, se torne empregável.

Aliada a essas tendências, a educação profissional brasileira tende a viabilizar uma formação mais adequada às demandas do mercado de trabalho, ou seja, ao concluir as etapas escolares, o discente deve possuir a competência técnica para se inserir no mundo do trabalho. Contudo, defendemos que além da competência técnica a instituição escolar deve também garantir condições para que sejam viabilizadas competências humanas. No mundo do trabalho, em particular, o indivíduo deve ser capaz de analisar de forma crítica a sociedade em que está inserida para, a partir disso, conduzir suas atividades laborais de acordo com suas convicções, sejam estas perspectivas contra hegemônica ou hegemônica.

Compreendendo que a educação profissional brasileira se insere nesse cenário, destacamos neste trabalho o Pronatec, proposto no governo Dilma Rousseff, configurando-se como uma proposta de governo, visando à qualificação dos trabalhadores no contexto de desenvolvimento econômico.

O Pronatec proposto pelo MEC, em 2011, se insere na Política de Educação Profissional Técnica, e objetiva, segundo discurso oficial, expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores (BRASIL, 2016). Tais medidas anunciadas no campo da educação profissional sinalizavam para qual direção o Governo Federal desejava conduzir a formação profissionalizante no país. Além disso, refletia uma política afirmativa de aumento de vagas para os jovens trabalhadores em instituições de formação tecnológica, sejam públicas ou privadas.

Considerando o exposto, algumas questões norteadoras foram elaboradas de modo a direcionar esta pesquisa: Que concepção de qualificação e/ou formação pelo modelo de competência norteia o projeto político pedagógico dos cursos do PRONATEC, no IFCE, campus Fortaleza? Qual a relação entre trabalho, educação e qualificação profissional? Que tipo de qualificação é proposta pelas políticas de educação profissional no Brasil? Qual o perfil proposto aos discentes nos cursos do Pronatec? No intuito de compreender esses questionamentos o objetivo geral desta pesquisa foi investigar as concepções de qualificação profissional e formação pelo modelo de competências propostas nos cursos do Pronatec ofertados pelo IFCE, campus Fortaleza. Visando responder estas questões norteadoras, a estrutura desta pesquisa foi constituída por quatro capítulos teóricos de modo a responder aos objetivos específicos desta pesquisa.

Na primeira seção delineamos o objeto de estudo, inserindo-o no contexto das transformações no mundo do trabalho e suas implicações na qualificação dos

trabalhadores, com destaque nos estudos e pesquisas relacionados ao PRONATEC. Além disso, também definimos os procedimentos metodológicos da pesquisa, com delineamento da natureza da pesquisa e dos instrumentos e técnicas de coleta de dados.

Na segunda seção, discutimos sobre a relação entre trabalho (concebendo-a numa perspectiva ontológica) e educação de modo a contribuir com a discussão sobre qualificação profissional. Concluímos que o trabalho e a educação estão intimamente relacionados por meio do trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo, e esse processo possui natureza educativa. Portanto, na sociedade capitalista o processo educativo passa por modificações profundas com repercussão na qualificação dos trabalhadores e enfoque na formação que se aproxima da dimensão experimental de qualificação, distanciando-se da formação humana e integral.

Na terceira seção, realizamos um resgate histórico da política de Educação Profissional no Brasil, propondo identificar a concepção de qualificação proposta pelas políticas de educação profissional. Deste modo, tal discussão contribuiu para o entendimento de como foram delineadas as políticas públicas voltadas para a profissionalização dos trabalhadores, com ênfase no Pronatec e suas diretrizes.

Na última seção, analisamos o tipo de qualificação prevista na matriz curricular dos cursos técnicos em Mecânica, Segurança do Trabalho e Guia de Turismo, com enfoque na discussão sobre o redimensionamento da qualificação pelo modelo de competências no contexto de mudanças no mundo do trabalho.

Partindo da análise do documento do curso técnico em Segurança do Trabalho, concluímos que o perfil profissional esperado está em consonância com a formação pautada no modelo de competências, uma vez que tal formação prioriza o desenvolvimento de atributos e competências subjetivas num contexto da multifuncionalidade e polivalência. Portanto, há uma valorização na formação de um perfil profissional que atenda às demandas do mercado de trabalho.

No curso técnico em Guia de Turismo o perfil profissional está de acordo com as demandas do mercado, uma vez que o trabalhador deverá apresentar habilidades básicas, gerais e específicas da área que o permita compreender o processo de produção, prestação de serviços, visando acompanhar as transformações e as mudanças do mundo do trabalho, desta forma garantindo que os trabalhadores sejam preparados para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais.

Por fim, analisando o perfil apresentado pelo curso técnico em Mecânica, constatamos que há exigência de uma qualificação direcionada ao aspecto técnico-operacional, bem mais explícito que os demais cursos analisados, pautado nas tarefas e habilidades representadas nos manuais de rotina de trabalho, de cargos e salários. Apesar de o PPC deste curso apresentar de forma implícita atributos pautados no modelo de competências, as disciplinas ofertadas na matriz curricular são de natureza exclusivamente técnica e operacional, voltada à formação de força de trabalho para o setor industrial, ou seja, “chão da fábrica”.

Observamos que no Pronatec a formação técnica é a principal dimensão, preponderando uma formação voltada a atender os interesses do mercado e não a formação humana omnilateral. Ressaltamos que não estamos desconsiderando a importância dos conhecimentos técnicos e científicos, mas essas dimensões de qualificação não podem ter um fim em si mesmo. É imprescindível ampliar a discussão para viabilizar condições concretas de garantia de formação humana e integral.

Manacorda (1996) defende como formação humana omnilateral todas as dimensões do ser humano. Na sociedade brasileira, essa concepção é traduzida como omnilateralidade no conceito de politécnica, ou seja, omnilateralidade ou politecnia como termos equivalentes. Marx (1985) coloca três dimensões essenciais na formação humana: a dimensão intelectual, a dimensão tecnológica e a dimensão física. Compreende-se essa última dimensão como o domínio de todas as ciências, não só as ciências naturais, mas também as ciências humanas, a cultura, as letras, as artes. Estas ciências permitem ao ser humano compreender para além daquele conhecimento restrito do ambiente escolar, todavia busca entender o mundo e a sociedade em que está inserido.

Com efeito, o conhecimento dos princípios científicos e tecnológicos está na base de todo sistema de produção contemporâneo. Marx (1985) afirma que as três dimensões (intelectual, tecnológica e física) precisam estar presentes de maneira integral nos processos de formação humana. Essa integração dimensional o autor denomina de formação humana integral ou politécnica, ou ainda omnilateral. Nesse sentido, cabe à escola garantir o acesso a esses conhecimentos.

Portanto, defendemos uma proposta de qualificação, pelas instituições de ensino, pautada na formação humana a partir de outra lógica, tendo a centralidade não no mercado, mas nos sujeitos e na relação com o conhecimento. Centralizada não no capital, mas no trabalho. Pensar na formação humana, a partir dessa lógica, não é desconsiderar a

dimensão econômica, é, pois, deslocá-la do papel de centralidade e em seu lugar ter o ser humano como centralidade. Pensar o ser humano como competente tecnicamente, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista na qual, nós, classe trabalhadora vivemos da venda da nossa capacidade de realizar trabalho.

Logo, formar o sujeito pensando na relação com a sociedade ao mesmo tempo em que tenha reflexão sobre o ser é desafiador. O domínio técnico se faz necessário, contudo é necessário também compreender os fundamentos e os princípios gerais que orientam a base do sistema de produção, compreender a cultura e ter a capacidade de se posicionar perante tudo isso, podendo atuar reforçando essa lógica ou contrapondo-se a ela.

Evidente que não chegaremos a uma sociedade perfeita, tendo em vista que o homem é individualista, egoísta, concorrencial, a sociedade não atingirá a perfeição. Todavia, a sociedade de mercado e a sociedade da democracia política são, ainda, as mais adequadas à essência humana, sendo a melhor sociedade possível. Não adianta tentar superar a democracia política ou superar o mercado, pois essa corresponde à essência humana.

Nesse sentido, a formação do sujeito não pode apenas contemplar a competência técnica, é necessário que, além disso, adquira saberes capazes de conduzi-lo ao entendimento da sociedade na qual está inserido, caso contrário será um mero instrumento a serviço da lógica centralizada na dimensão econômica.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **Interfacehs**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 2-10, ago. 2008. Disponível em: <www.interfacehs.sp.senac.br>. Acesso em: 25 ago. 2016.

ARRAIS NETO, Enéas; CARDOZO, Maria José Pires Barros. O Ensino Médio a formação do trabalhador: competências para quem e para quê. *In*: SOUSA, Antônia Abreu (Org.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005. p. 157-183.

BÍBLIA, A. T. **Daniel**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Florida: Editora Vida, 1995. Cap. 12, ver. 3.

_____. **Provérbios**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Florida: Editora Vida, 1995. Cap. 18, ver. 24.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013. 3 v.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 11**, de 8 de dezembro de 2008. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília, 1999. Disponível em:

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 10 de novembro de 1937. Republicada no DOU, em 19 de novembro de 1937.

_____. **Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22 de fev. 2015.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Ministério da Educação**. Decreto 6.302/2007 – Institui o Programa Brasil Profissionalizado, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

_____. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleções de Leis do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 28 de maio 2017

_____. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de abril de 1950. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 de out. 2015.

_____. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1821.htm>. Acesso em: 17 de out. 2015.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica. *In*: SILVA, Caetana Juraci Rezende; VIDOR, Alexandre Martins; PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas (Orgs.). **Comentário e reflexões**. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 17 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 17 de out. 2015.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 5 out. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 3 ed. Brasília/DF. 2016. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 07 de janeiro de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parecer Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica nº 11/2008**. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <
http://www.etc.ufsc.br/file.php/194/Referenciais_Nacionais/Catalogo_Nacional_de_Cursos_Tecnicos.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Políticas Públicas Para a Educação Profissional e Tecnológica**: Propostas em Discussão. Brasília, abril/2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008**. Referencial comum às denominações dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb014_09.pdf>. Acesso em: 10 set.2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2010. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Esplanada dos Ministérios. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. 4º ed. 2016. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-df&Itemid=30192>. Acesso em 07 de setembro de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf> . Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História, Geografia/Secretaria de Educação Fundamental, _Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, 1909 - 1929.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias**: o ensino de história no Brasil (1980 – 1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

CANEZIN, Maria Teresa. 2000. **O objetivo, o método e o fenômeno educativo na sociologia durkheimiana**. Fragmentos de Cultura, v. 10, n.36. 623-640.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. A produção e a formação do trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. *In*: SOUSA, Antonia de Abreu; ARRAIS NETO, Enéas; FELIZARDO, Jean Mari; CARDOZO, Maria José Pires Barros; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado. [Org.]. **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Edições Senac Ceará; Edições UFC, 2008. P. 163-182.

_____. Política de educação profissional no Brasil: entre o senso e o contrassenso. Assimetrias e desafios na produção do conhecimento em educação: a pós-graduação nas regiões norte e nordeste. 1 ed. Rio de Janeiro: **ANPED**, 2015, v. 1, p. 185-212.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil - Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 03 ago de 2017.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do banco mundial para a educação. *In*: Tommasi, Livia De; Mirian Jorge Warde; Sérgio Haddad (Orgs). **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p.75-123.

CORDEIRO, Fernando. **Apostila da disciplina Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação**. Fortaleza: Artes Gráficas Cosme D'Almeida, 2005.

CRUZ, Keyla de Souza Lima; ARRAIS NETO, Enéas. As implicações da qualificação viabilizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE no perfil profissional de seus egressos. *In*: SOUSA, Antônia Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes; ARRAIS NETO, Enéas (Org.). **As interfaces do mundo do trabalho: educação, práxis social e formação dos trabalhadores**. Curitiba: CRV, 2016. P. 263-284.

CUNHA, Luis Antônio. **O Ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. Brasília: Unesp, 2000a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, 2000b. 243 p.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. Brasília: Unesp, 2005. 270 p.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987. 118 p.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p.401-422, maio 2004. Trimestral. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 abril 2016.

FERRETTI, Celso João. Escola e fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 118, p.155-188, mar. 2003. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000100007>.

_____. Formação Profissional e Reforma do Ensino Técnico no Brasil: Anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XVIII, n° 61, p.225-269, agosto/1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectivas, 1972. 287p.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo. Ed. Cortez, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOI, Janete. **A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da lei 12.513 de 2011 que institui o Pronatec**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, 2014.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas (SP): Alínea, 2001.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Cursos desenvolvidos pelo PRONATEC/IFCE**. Fortaleza: 2013b. (Mimeo).
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Relatório de Avaliação Institucional 2012** – IFCE: Fortaleza: 2013a. (Mimeo).
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. **Projeto pedagógico do curso técnico em guia de turismo**. Fortaleza: IFCE, 2012.
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. **Projeto pedagógico do curso técnico em mecânica**. Fortaleza: IFCE, 2012.
- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará. **Projeto pedagógico do curso técnico em segurança no trabalho**. Fortaleza: IFCE, 2012.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 3 ed., Piracicaba, UNIMEP, 2002.
- KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 127-140.
- _____. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 2-11, maio/ago. 2002.

_____. **Educação e Trabalho no Brasil** - o estado da questão. Brasília: INEP, Santiago: REDUC, 1991.

_____. **A Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Ensino Médio e Profissional**: As políticas do Estado Neoliberal. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. B. **A arte de formar-se**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LIMA FILHO, D. L.; GARCIA, N. M. D. Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à Educação Profissional. In: 27a. Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. 27a. Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2004. v. único. p. 01-34.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MACHADO, L.R.S. Educação básica, empregabilidade e competência. Caxambu, 1996 (mimeo.) [Trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da [ANPED]].

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a formação do Homem. **Revista Histerdbr**, Campinas, número especial p. 6-15, abr. 2011. Disponível em: <ojs.fe.unicamp.br/ged/histerdbr/article/download/3276/2903>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silva Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 317 p.

_____. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 64, Sept. 1999. p. 13-49. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de julho de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Trad. José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante!, 1985. v.3. p.5-30.

_____. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

MEZOMO, João Catarine. Educação e qualidade total: a escola volta às aulas. Petrópolis: Vozes. 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOREIRA, Sandra Helena Lima. Trabalho como elemento central na formulação de políticas públicas sociais. In: RABELO, Jackeline (orgs.). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 13, nº 25/26, 1992, p. 143.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira. **O Pronatec no âmbito das políticas públicas de Educação Profissional**: da dualidade estrutural à mercantilização da qualificação profissional. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira; SOTERO, Naiara de Araújo; SOUSA, Tássia Pinheiro. Pronatec e mundo do trabalho: qualificação profissional no âmbito das metamorfoses do capitalismo contemporâneo. In: IV Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores: Ensino Médio e Educação Profissional em questão. 2015. Fortaleza, Ceará. Anais. 2015 p. 1-12 Disponível em: <<http://laborufc.wixsite.com/anaislaborufc>>. Acesso em: 15 de ago 2016.

PAIVA, Vanilda. O Mundo em Mudança: deslocamento temático no final do século e convivência com a incerteza. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.18-48, jul. 1999. Semestral.

_____. Produção e Qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia Internacional. In: DIAS, Fernando Correia *et al.* (Org.). **Ensino das Humanidades**: a modernidade em questão. São Paulo: Cortez, 1991. Cap. 2. p. 19-103.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p.401-422, set. 2002. Trimestral.

_____. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação**: contribuições ao estudo crítico da economia da educação. São Paulo: Moraes, 1978.

SALES, Francisco José Lima. Da nova configuração do trabalho às concepções da qualificação profissional: a tese da requalificação como novo discurso educacional do capital. In: SOUSA, Antonia de Abreu; ARRAIS NETO, Enéas; ALBUQUERQUE, José de Paula; OLIVEIRA, Elenilce Gomes. [Org.]. **O mundo do trabalho e a formação crítica**. Fortaleza: Edições UFC, 2012b. P. 45-56.

_____. **PLANFOR**: política compensatória para a “inclusão” na informalidade. Fortaleza: Edições UFC, 2012a.

SANTOS, M. I.; RODRIGUES, R. O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). Tear: **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.2, 2012.

SANTOS, S. V. Da Educação Profissional para o emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional para a empregabilidade no PLANFOR. In: VI Congresso Luso - Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso - Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politécnica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde** [on line]. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz. v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2002.

_____. **Pedagogia**: o espaço da educação na universidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan. 2007b.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-165, abr. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782007000100012>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZ, Y. De la “Qualification” à la “Compétence”. **Education Permanente**, 1995, nº 123, p. 125-138.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Izabel Costa. **Pronatec e as artes de governar**: capturas e apropriações em uma escola federal do Espírito Santo. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SOTERO, Naiara Araújo; NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do; SOUSA, Tássia Pinheiro de. PRONATEC e mundo do trabalho: qualificação profissional no âmbito das metamorfoses do capitalismo contemporâneo. 2015. In: IV Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores. **Anais...** Fortaleza: UFC. 2015.

SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes; SILVA, Maria Zélia Pinto; SOUSA, Tássia Pinheiro. Novo Panorama sobre a Institucionalização do PRONATEC no

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. *In*: SOUSA, Antonia de Abreu, FEIJÓ, Jerciano Pinheiro, CRUZ, Keyla de Souza Lima. (Org.). **A Educação Profissional**: ensaios sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores. Recife: Imprima, 2016. p. 92-98.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 353-382, jul. 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.